

De. Azarias Sobreira

MENSAGEM + AOS PROTESTANTES

Editôra

Mensageiro da Fé Ltda.



MENSAGEM

AOS

PROTESTANTES



NIHIL OBSTAT :

Salvador, 12 de Dezembro de 1961

FREI JACINTO BRILLA, O. F. M.

Censor Diocesano

IMPRIMATUR:

Salvador, 12 de Dezembro de 1961

MONS. MATTA

Vigário Geral

PE. AZARIAS SOBREIRA

Mensagem

• • •

Protestantes

1 9 6 1

Editôra Mensageiro da Fé Ltda.

Caixa Postal, 708

Salvador — Bahia

Prefácio

Subordinada ao título MENSAGEM aos PROTESTANTES, no vertente opúsculo e em caráter de PURA VULGARIZAÇÃO, ofertamos ao público brasileiro envolvido na disputa suscitada entre nós pela heresia luterana, uma série de dissertações que supomos terem ficado ao alcance de tôdas as inteligências.

Aliás, o nosso esforço individual se restringe a um modestíssimo serviço de condensação do primeiro livro da imortal obra de Leonel Franca, A IGREJA, A REFORMA E A CIVILIZAÇÃO.

Tomando esta iniciativa, que não deixa de ser-nos penosa, pretendemos prestar merecida homenagem ao santo e sábio servidor da Igreja, que êle foi, tornando mais conhecida tão agigantada publicação.

O Autor.

Advertência prévia

“Grande é a responsabilidade de quem escreve”.

Agitar idéias é mais grave do que mobilizar exércitos. Pode o soldado semear os horrores da força bruta desencadeada e infrene; mas enfim o braço cansa e a espada volta à cinta.

A idéia é arma sempre ativa que não embota com os anos. Vai direito à cidadela da inteligência; e, se a encontra desguarnecida, toma-a de assalto e dirige e governa toda a atividade humana. Pela matéria não se subjugava o espírito, mas pelo espírito subjuga-se a matéria.

Quantos crimes atribuídos à força são filhos da idéia? Se fôsse perfeita a justiça humana, muitas vezes os rigores de sua severidade deviam pesar sobre a pena que semeou a idéia homicida, e não sobre o braço que vibrou o punhal assassino.

Grande é, portanto, a responsabilidade de quem escreve. Mas, se é religioso o livro que se atira às multidões, essa responsabilidade assume proporções quase infinitas. Semear idéias religiosas equivale a dirigir consciências e orientar o homem no escabroso problema do seu destino.

No Brasil, **Pastor Protestante** não recuou diante da gravíssima responsabilidade de publicar um estudo de controvérsia religiosa. Para êle, em tôda a América Latina não está ressolvida a mais transcendental das questões que podem preocupar um povo: a questão religiosa. Para êle o dia em que esta parte do Novo Mundo se protestantizasse marcaria o início de uma idade de ouro! Aqui, cultura, comércio, indústria, liberdade, ciência, moralidade, tudo havia de florescer nos esplendores de uma nova civilização, tocado pela varinha de condão dos filhos de Lutero! ”

Tal é, em resumo, o pensamento que inspirou a feitura do ousado livro em foco.

NOTA — Ao invés de aludirmos nominalmente ao falecido gramático Eduardo Carlos Pereira, cujo livro de combate ao catolicismo, **O PROBLEMA RELIGIOSO DA AMÉRICA LATINA**, provocou o aparecimento da nencionada produção de Leonel Franca, usaremos tão sòmente a expressão **Pastor Protestante**.

Desta arte quem não houver seguido aquê-le gramático na sua impatriótica iniciativa perceberá prontamente o nosso objetivo, segundo o qual **Pastor Protestante** fica sendo qualquer ministro da seita em sua atividade anti-católica.

A verdadeira Igreja

Todo o nervo da controvérsia entre católicos e protestantes vem a ser uma questão fundamental que, uma vez elucidada, decide a sorte da discussão. Ei-la: — Onde se acha o verdadeiro cristianismo? Onde está a genuína Igreja fundada pelo Salvador? Teria Cristo instituído um corpo de doutrinadores vivo, infalível, autêntico? Instituiu mesmo uma Igreja visível, hierárquica, depositária incorrutível de seus ensinamentos e à qual compete passá-los às novas gerações, puros como nos tempos apostólicos?

Ou, pelo contrário, quis o divino Mestre que a sua doutrina ficasse amortalhada nas letras inoperantes de um livro e, assim, sem independência orgânica, sem unidade moral, sem coesão de governo, sua Igreja ficasse sujeita à volubilidade da interpretação individual, fragmentando-se, aos poucos, numa desastrosa babel de sistemas humanos?

Se esta última hipótese corresponde à verdade, o protestantismo está cheio de razão. Mas, se a verdade se encontra do nosso lado, então na Igreja Católica existem os verdadeiros sinais característicos da instituição divina de Jesus. Em tal caso, é esta a Igreja que, de acôrdo com as divinas promessas, possui as garantias da imortalidade. Contra ela,

portanto, não poderão prevalecer as portas do inferno; com ela ficará o Redentor até o fim do mundo.

Aqui, pois, é que se deve achar o âmago da discussão. O mais não vale mais do que escaramuças sem importância. Eis por que convergirão todos os nossos esforços no sentido de esclarecer este ponto capital.

Salta aos olhos de quem raciocina que uma sociedade hierárquica e conhecida de todo o mundo, à frente da qual exista um chefe revestido de plena autoridade para distribuir os benefícios da redenção, é o mais belo remãte que poderia ter a obra do Filho de Deus na terra.

O protestantismo, porém, destruiu esta harmonia maravilhosa. Filho de um orgulho rebelde, obedeceu à orientação seguida por quase todos os revoltosos: negou a autoridade que o condenava. E como, sem autoridade constituída, não pode haver sociedade, a primeira negação trouxe consigo outra, mais profunda e decisiva.

Perdido o seu centro de unidade, que era Roma, as almas resgatadas por Jesus Cristo dispersaram-se como ovelhas sem pastor. Para tomar o lugar da organização social do cristianismo, onde os bispos viviam obedientes ao Papa, os padres a seus bispos, os fiéis a seus respectivos párocos, entrou em cena uma extravagante individualidade religiosa em que todos têm seu modo de pensar e ninguém obedece.

Bastaria levarmos em conta esta dissonância introduzida pelo protestantismo no concerto universal das criações divinas para os espíritos sinceros e observadores descobrirem nêle a marca própria das falsificações humanas.

O que distingue a missão social da Igreja, com sua hierarquia perfeitamente organizada, é a instituição divina do papado, numa autoridade suprema e assistida pelo Espírito Santo, para salvaguardar o depósito da revelação.

Não é preciso ser filósofo. Basta ter juízo e experiência para sentir que, depois de haver o Filho de Deus realizado a obra sangrenta do resgate da espécie humana, era necessário levar a Boa Nova até os confins do globo. Para isto fazia-se mistér um exército disciplinado e escrupuloso de embaixadores evangélicos que não só convertessem o mundo, mas também conservassem, na pureza primitiva, a Religião divinamente apoiada no sacrifício do Calvário.

Uma tal disciplina, uma tal organização, aliás, é a marca de todo o plano universal, desde a natureza bruta até os seres racionais.

Se observamos a ordem física, verificamos que em cada indivíduo há um princípio vivificador, em vista do qual os elementos orgânicos ficam subordinados uns aos outros, resultando daí a harmonia do conjunto individual.

Nos três reinos da natureza, a planta serve para o sustento do animal, os minérios servem para o sustento da planta, ao passo que minerais, plantas e animais servem para o sustento e conforto do homem.

Na vida social acontece a mesma coisa. Mal nasce a criança, vê-se logo acolhida pela família que a rodeia de carinhos e simpatias. Quando atinge a adolescência, é logo recebida pelo Estado num campo social mais vasto, onde lhe são oferecidos os meios indispensáveis para o seu desenvolvimento, até realizar os fins para que veio ao mundo. O filho depende dos pais, os pais dependem do governo municipal, o governo municipal depende da nação.

Tudo, por conseguinte, é ordem, é interdependência, é hierarquia organizada de valores superpostos.

Mas, além do desenvolvimento físico e intelectual do homem, coisa que a Pátria nos pode proporcionar, há, em todos nós, uma sede de luz divina e de felicidade, no mais íntimo da consciência. E Deus, tomando carne humana, o que fez foi aumentar em nós esta sede de felicidade, quando disse: — “Eu sou o caminho, a verdade e a vida”.

Onde, porém, descobrir este foco de luz, esta plenitude de vida que Ele nos oferece? Onde está esta sociedade divinamente organizada, da qual podemos receber os benefícios de uma tal vida sobrenatural, sem risco de corrupção?

Na Igreja e sòmente nela. Entretanto, é de Fé que na Igreja triunfante, isto é, no céu, só serão acolhidos os que houverem pertencido à Igreja militante, na terra, ou desejado sinceramente pertencer a ela. Isto se conclui das seguintes palavras do Salvador: — “Quem crer e fôr batizado será salvo, mas quem não crer será condenado”.

Para que todo o mundo pudesse distinguir a verdadeira Igreja das falsificações humanas, foi seu berço assinalado por estupendos milagres. Só nela se encontram, como pedras preciosas de uma coroa, os distintivos próprios da Rainha da Verdade: a unidade, a santidade, a apostolicidade e a universalidade. Porque ela é una nos seus dogmas, na sua moral, no seu govêrno modelar. E’ santa na sua doutrina, como no ideal de perfeição que a todos oferece. E’ católica por ser universal a extensão de sua influência.

E’, finalmente, apostólica em vista de haver nascido à sombra dos apóstolos e haver chegado até nos, sem que sua existência jamais tenha sido interrompida durante um ano sequer.

O Papado, obra divina

Conforme a opinião de Pastor Protestante, para que o papado seja mesmo obra divina, quatro condições devem ser preenchidas: a) provar que Pedro é a pedra fundamental de que faz menção o Evangelho de S. Mateus, r.o décimo sexto capítulo, versículo 16; b) que Pedro foi o chefe dos apóstolos; c) que Pedro estêve em Roma e lá exerceu o episcopado. d) que os papas são os legítimos sucessores de Pedro.

Vamos agora examinar, um por um, os quatro pontos do requisitório protestante e o faremos à luz de crítica serena e imparcial. Começaremos mostrando que Pedro gozou de crescente importância no Colégio Apostólico, mesmo antes de ter recebido o poder das chaves, como imediato representante de Jesus Cristo, depois que êste voltou aos céus.

Quem se entrega à leitura atenta dos Evangelhos, sem custo nota que a promessa do primado esteve longe de ser um acontecimento isolado na vida do Messias. Pelo contrário. Tôda a narração histórica da atividade do Salvador neste vale de lágrimas corre para tornar manifesto o lugar de realce que, dia por dia, S. Pedro ocupou entre os seus colegas de apostolado.

Dir-se-ia que os evangelistas, sempre sóbrios em dar informações acêrca dêstes últimos, timbravam em não perder ocasião de referir as palavras e atitudes de S. Pedro, anotando todos os sinais de estima que o Filho de Deus tinha para com o mesmo. Basta saber, desde logo, que o nome de S. Pedro aparece cento e setenta e uma vêzes nos evangelistas, ao passo que S. João, o mais amado dos discípulos, apenas é nomeado quarenta e seis vêzes. Quanto aos outros apóstolos, muito menos vêzes se faz menção de seus nomes.

Vamos às provas. Na primeira ocasião em que o humilde pescador da Galiléia se apresenta a Jesus, êste lhe diz: — “Tu és Simão, filho de Jonas; tu serás chamado Pedra”. (João, I, 42)

Era isto a imposição de um novo nome, iniciativa já em uso na Sagrada Escritura e que sempre significou uma grande promessa, o anúncio de importante missão confiada a um homem.

Ao escreverem suas memórias, quando haviam saído a pregar a Boa Nova, são os mesmos evangelistas que se esmeram em anotar êste lugar de realce do apóstolo S. Pedro entre seus companheiros de missão.

Quatro listas dos apóstolos nos oferece o Novo Testamento e, em tôdas elas, o primeiro é sempre Simão-Pedro, ao passo que Judas Iscariotes é sempre o derradeiro. Por que assim?

Não nos venham dizer que a razão disto é ser Pedro o mais velho de todos, fato inteiramente duvidoso. Aliás, se fôsse adotado este critério, S. João, que devia ser o mais jovem dos apóstolos, havia de aparecer sempre no fim da lista, o que não se verifica. Não nos digam também que a razão está em Pedro ter sido o primeiro discípulo a acompanhar a Jesus, pois S. João afirma que os primeiros discípulos foram André e outro. (Jo., I, 33-42) Há, porém, conforme leio em Mons. A. Feitosa, razão mais convincente do pouco caso que faziam os evangelistas da idade dos apóstolos, quando organizavam a lista dos mesmos. Se o critério adotado por eles fôsse a idade, no Evangelho de S. Mateus seria André mais velho do que Tiago; ao passo que, no Evangelho de S. Marcos, Tiago seria mais velho do que André. Etc.

Nas circunstâncias mais solenes, como a ressurreição da filha de Jairo, a Transfiguração no Tabor e a agonia no Jardim das Oliveiras, Jesus

Nota — Examinando as Escrituras, vemos que foram só três as vezes em que Deus mudou o nome de varões, e em tôdas elas se tratava de elevar um dêles à dignidade de chefe dos eleitos. Mudou o nome de Abraão “porque te constituí pai de muitos povos”; mudou o de Jacó: “chamou-lhe Israel e lhe disse... Povos e nações hão se sair de ti”. Mudou, finalmente, o de Simão Bar Jonas: “tu és Pedro e sobre esta pedra edificarei a minha Igreja”. (Vide Gen., XVII, 5; XXXV, 10; Mt., XVI, 18)

escolhe, para suas testemunhas, apenas três apóstolos; e o nome que se lê, em primeiro lugar, é o de S. Pedro.

As vêzes, todo o Colégio Apostólico é designado por uma só expressão coletiva, ao passo que Pedro, e ninguém mais, é nomeado distintamente, como se costuma falar de um rei e seu cortejo, de um capitão e sua escolta: — “Simão e os que o acompanhavam.” (Marcos, I, 36).

Aqui não há margem para dúvida alguma. Está claro que Simão-Pedro figura como o principal entre seus colegas nestas passagens da Escritura, gozando de enorme prestígio junto a seus companheiros. Veremos agora se vai nisto um direito adquirido à sua condição posterior de chefe ou simplesmente um fato digno de nossa especial consideração.

Quer Pastor Protestante que a importância de S. Pedro entre seus pares signifique somente uma maior influência moral, em vista das qualidades de seu caráter, cousa parecida com a primazia “que exercem espontaneamente os líderes das câmaras deliberativas ou os deputados que se impõem por seu caráter”.

Nossa firme convicção vai mais longe. Para nós, trata-se aí também de uma superioridade na qual Jesus se comprazia e que tinha por apoio a sua resolução de fazer dê-lo o seu legítimo continuador na direção da Igreja.

Abramos o Evangelho e saibamos ler.

E' inegável que ainda não podia existir em Pedro uma supremacia de jurisdição, isto é, o direito atualizado de governar seus irmãos na Fé, vivendo o Mestre divino. O seu único e natural superior era Jesus, vivo e presente no grêmio apostólico.

O que nos interessa desvendar agora é se Êle havia prometido a um dos doze um verdadeiro primado de jurisdição, uma verdadeira chefia legal; e se a sua maneira de falar sôbre tal assunto vale por um indício natural desta futura primazia.

Contra o ponto de vista católico insurgem-se os nossos adversários, alegando o seguinte argumento: — Se Cristo houvesse dado a entender, com absoluta clareza, que ia entregar a S. Pedro o govêrno da sua futura Igreja, não encontraríamos nos Evangelhos, tantas vêzes, os apóstolos discutindo sôbre qual dêles havia de ser o maior. Como podia ter lugar semelhante dúvida entre êles, se a questão já tivesse sido esclarecida pelo próprio Salvador?.

Para fazer uma tal objeção, quando se procura argumentar honestamente, é necessário desconhecer a rudeza dos apóstolos, quase todos humildes pescadores. Na verdade, quantos ensinamentos êles ouviram, claros e muitas vêzes repetidos, sem jamais compreenderem! Quantas vêzes não lhes disse Jesus, com a maior insistência, que o seu reino não era dêste mundo! Entretanto, poucos momentos antes de seu regresso ao céu, um de seus fiéis discípulos lhe endereçou a seguin-

te extravagante pergunta: — “E’ agora, Senhor, que vais restaurar o reino de Israel?” (Atos dos Apóstolos, I, 6)

A mesma impertinente dificuldade apresentam os discípulos de Jesus até a derradeira hora, em admitir a idéia de sua paixão e morte de cruz, não obstante o Salvador lhes ter falado, muitas vêzes, neste sanguinolento desenlace de sua carreira. A êste propósito convém ler o versículo 25 do capítulo 24 de S. Lucas.

No caso em aprêço, a explicação a ser dada é mais simples ainda. As palavras de Cristo a S. Pedro encerravam apenas uma promessa: — “Dar-te-ei as chaves do céu... O que atares na terra será atado no céu.” Aconteceu, porém, pouco tempo mais tarde, que Simão-Pedro, voltando a pensamentos demasiado humanos, tentou dissuadir Jesus do propósito de se deixar martirizar, e por isto foi severamente repreendido. (Mat XVI, 23) Nesta situação, nada mais admissível do que suporem os apóstolos que o divino Mestre houvesse mudado de plano, revogando a honrosa promessa feita a Pedro.

Na opinião dêles, a escolha de um dos doze para ocupar a chefia se encontrava, outra vez, ao alcance de suas ambiciosas pretensões.

Oh! como transparece aqui a psicologia de nossa frágil natureza! Somos logo inclinados a crer naquilo que favorece nossas secretas esperanças.

A êste respeito, leia-se Mateus, capítulo vinte, versículo vinte e quatro.

Ainda o papado

Para muita gente carregada de preconceitos, existe uma passagem do Evangelho de S. Lucas, XXII, 25-26. na qual Jesus deixa entender que não deve haver qualquer jurisdição, qualquer autoridade suprema entre os apóstolos.

Eis o tópico em questão: — “Entre os gentios, os reis exercem domínio sobre seus vassallos. No meio de vós não há de ser assim. Antes, aquêle que é maior entre vós faça-se como o mais pequeno e o que manda (faça-se) como o que serve”.

Com esta linguagem, terá Cristo desejado excluir qualquer autoridade entre seus apóstolos? De forma alguma. A prova se encontra na sua expressão — **aquêle que é maior** — expressão da qual se deve concluir que ali existia um maior do que os outros.

O que devemos aprender nesta lição é uma doutrina nova, um ensinamento profundo a respeito da noção de autoridade. Para os pagãos, ser rei era uma ostentação de poder, uma oportunidade de influir, com mão de ferro, na sorte de seus súditos escravizados.

Nada disto há de ser a autoridade colocada nas mãos dos filhos da Religião do Amor. Ser autoridade é desempenhar um ofício público, é cumprir um dever espinhoso: o dever de se consagrar à causa da maior felicidade de seus governados. Eis o novo e grave con-

ceito que o Filho de Deus procura meter na cabeça dos cristãos, a respeito de autoridade: acabou-se o tempo em que governar era oprimir o povo.

Dora por diante governar é padecer, é viver para o bem da coletividade, esquecendo-nos de nós mesmos para que a nação prospere e realize o seu ideal.

Nem de leve as palavras de Jesus significam extinção de poder nos grupos sociais. Querem a prova disto? Leiam para a frente e verão que êle promete aos Doze uma situação privilegiada entre os fiéis: um dia os Doze se assentarão em doze tronos especiais para julgar as doze tribos de Israel. E ainda mais isto: a um só dêles dá o Salvador a missão de confirmar na Fé os seus irmãos. (Luc. XXII, 30-32). E o discípulo assim distinguido é Pedro.

Depois de tudo isto, quem teria coragem de dizer que no Filho de Deus não existia verdadeira autoridade?

Que tal? Quem ousa pôr em dúvida esta demonstração? No mesmo capítulo de S. Lucas veremos Jesus aplicando a si mesmo a regra de humildade que acabara de propor aos seus: — “Qual é o maior? o que está assentado à mesa ou aquêle que o está servindo? Não é (maior) o que está sentado à mesa? Eu, entretanto, estou no meio de vós como quem presta serviço.” (Luc. XXII, 27).

E êle é o mesmo que afirmou categoricamente: — “Vós me chamais Mestre e Senhor e dizeis bem, porque eu o sou.” (Jo., XIII, 13)

A grande promessa

A posição de realce que Simão-Pedro ocupava entre os apóstolos é uma realidade inescurecível.

Só uma formal investidura garantida pela promessa de Cristo explica o fato de Pedro continuar, até o fim, gozando daquela preeminência atestada por toda a história da vida do Salvador.

No seu célebre livro "O Evangelho e a Igreja", A. Loisy o atesta à página 90, não obstante o seu ódio à Igreja: — "Entre os Doze havia um que era o primeiro, não só pela prioridade de sua conversão ou do seu ardente zêlo, mas ainda por uma espécie de designação do Mestre..."

Temos, porém, textos formais e explícitos que removem toda dúvida digna de consideração.

Evoquemos aquela inolvidável cena em que Jesus interroga os seus discípulos: — "Que andam dizendo (por aí) os homens a respeito do Filho do Homem?"

Conforme se sabe, os judeus haviam multiplicado conjecturas sobre a grandiosa personalidade do Redentor. Para uns ele era

João Batista. Para outros era Elias, Jeremias ou algum outro dos antigos profetas falecidos.

— “E vós, disse-lhes Jesus, que idéia fazeis de mim?”

— “Tu és o Cristo, Filho de Deus vivo”, respondeu Simão-Pedro.

E Jesus, para lhe recompensar a magnífica profissão de fé, pronuncia, com grande solenidade, estas palavras: — “Tu és bem-aventurado, Simão, filho de Jonas, porque não foi a carne nem o sangue que te revelou isto, porém meu Pai que está nos céus. E eu te digo que tu és Pedra e sobre esta Pedra edificarei a minha Igreja, e as portas do inferno não terão fôrças contra ela. E eu te darei as chaves do Reino dos Céus; e tudo o que atares na terra será atado no céu, e tudo o que desatares na terra será desatado no céu”.

Todo isto se pode ver no Evangelho de S. Mateus, capítulo dezesseis, versículos 16-19.

Aí fica uma passagem do Novo Testamento cheia de transcendental significação. Mas, apesar de sua meridional clareza, tão meridional que, durante quinze séculos, ninguém levantou contra ela a menor contestação, o protestantismo envolveu-a de tais sofismas que somos forçado a analisá-la minuciosamente.

Tu és Petrus... Que significam estas palavras do divino Mestre?

Não há quem, lendo-as no citado texto evangélico, não perceba profundamente que

êste deve ser o seu sentido: — “S. Pedro fica, em consequência desta declaração, indicado para ocupar a posição de pedra fundamental da Igreja a ser fundada para nela se abrigarem os escolhidos da redenção.

Com o fim de se porem a salvo das momentosas e decisivas obrigações que uma tal verdade impõe, milhares de protestantes ainda hoje estabelecem absurda distinção entre Pedro e pedra. Para êles o Pedro do primeiro membro da frase é, realmente, o apóstolo que consideramos immediato continuador da missão de Jesus: — **tu es Petrus**. Mas... a pedra do segundo membro da frase (**sôbre esta pedra**) não é mais Pedro, e sim o próprio Cristo!

Logo, de acôrdo com a interpretação protestante, a Igreja não foi edificada sôbre Pedro, porém sôbre o mesmo Salvador.

Eis aí uma distinção injustificada, ridícula, contrária às regras mais comezinhas da boa interpretação. Quem quer que leia, conscienciosamente, a referida passagem do evangelista S. Mateus, sem demora perceberá que, em tôda ela, Jesus se dirige sômente a Pedro: — “Eu te digo... tu és Pedra.. Eu te darei as chaves... Tudo o que tu atares.. tudo o que tu desatares...”

Como está claro, não há jeito de isolar ao menos uma frase na qual o divino Mestre deixasse de dirigir-se a Pedro e passasse a occupar-se de sua própria pessoa. Tão estreitamente ligados entre si estão os vários membros

dêste período que não existe nêles a mais pequena margem para cortá-lo e meter dentro dêle outro qualquer objetivo.

Se um homem sério e sensato é incapaz de tão extravagante maneira de exprimir seus pensamentos, como é então que se pretende admití-la nos lábios de um Deus, que ama a verdade e exige de nós que a ponhamos em prática? Além disto, Jesus falava a língua aramaica, idioma onde nenhuma diferença verbal existe entre Pedro e pedra. Traduzindo-se, ao pé da letra, o texto original de S. Mateus, chegamos ao seguinte resultado: — “Tu és Pedra (Kefa) e sôbre esta Pedra (Kefa) edificarei a minha Igreja”.

Esta semelhança verbal ainda é conservada nas antigas traduções siríaca, persa e árabe, línguas que, tais como o francês, permitem uma tradução literal daquela passagem da Bíblia.

Rola por terra, por conseguinte, a esperança do protestantismo, quando lançou mão de um argumento tão pouco recomendável.

Ainda mais. Se Simão-Pedro não era esta pedra fundamental, para que lhe teria Jesus trocado o nome pelo de Pedro? Para que tanta solenidade de palavras, tanta gravidade de expressões, para acabar dizendo que Simão é pedra, mas não será sôbre êle que a Igreja será edificada, porém sôbre o próprio Cristo?...

Não, irmãos nossos separados!. Contra uma tal interpretação revolta-se a consciência da cristandade pensante, num brado de justificada indignação.

Mas Pastor Protestante teima em dizer que só Cristo é pedra. E para isto invoca outros lugares da Escritura, citando Isaías e Mateus, Pedro e Paulo.

E quem jamais contestou que Cristo é a pedra viva, pedra-base do cristianismo? O que nos interessa agora é saber, pelos Evangelhos, se o Pescador da Galiléia foi designado pelo Salvador como pedra-base de sua Igreja.

Vamos para a frente. Abro o Evangelho e leio que, falando sobre si mesmo, Jesus afirma: — “Eu sou a luz do mundo”. (Jo., VIII, 12)

Conforme a regra seguida por tais protestantes, devíamos concluir que nenhum apóstolo é, nem pode ser luz do mundo. Mas novamente abro o livro sagrado e caem-me os olhos em cima destas outras palavras, igualmente proferidas pelo Salvador e encontradas no capítulo quinto de S. Mateus: — “Vós sois a luz do mundo”.

Estará Jesus em contradição, uma vez que, depois de chamar a si mesmo a luz do mundo, chama por igual nome os seus apóstolos? Nem por sombra. A razão é que existe luz e luz, assim como existe pedra e pedra. Luz é Cristo por sua própria natureza, à ma-

neira do sol; luz são também seus apóstolos, mas por participação, por reflexo, à maneira dos planêtas.

Da mesma forma, pedra é Cristo. Pedra fundamental que garante a perpetuidade e solidez da Igreja, o novo e providencial edifício construído por êle em pessoa. Mas também pedra é Simão-Pedro, porque Cristo assim o desejou (**tu es Petrus**), pedra igualmente inquebrantável por fiança divina: — “e as portas do inferno não terão fôrças contra ela.”

Cristo, portanto, é pedra invisível, enquanto Simão-Pedro é pedra visível, pois toda a Igreja militante tem que apoiar-se nêle, como a sua suprema autoridade na terra.

A tudo isto acresce adiantar que, em todo o Novo Testamento, uma só passagem não se encontra em que se atribua o nome de pedra a qualquer outro apóstolo.

Ouçamos ainda esta reflexão. Se Simão-Pedro não era mesmo a pedra fundamental da Igreja, para que foi que Cristo mudou o nome dêle em pedra?

— **Tu serás chamado Pedra,** — disse-lhe Jesus ao avistá-lo pela primeira vez. E agora, confirmando aquela promessa, assim lhe fala: — **Tu és Pedra e sôbre esta pedra edificarei a minha Igreja.**

Para entender tudo isto de outro modo seria preciso supor que os nomes impostos por Deus fôsem palavras sem sentido ou sombras sem realidade. Aceitar a interpretação protestante equivale a cair no ridículo da segui-

te linguagem: — Simão Bar Jona, tu és bem-aventurado e és pedra, mas... vou edificar a minha Igreja é sobre mim e não sobre ti, porque não és pedra!.

E podia ser esta a recompensa do Salvador pela coragem com que Pedro havia proclamado a sua divindade? Não. Desta maneira Jesus não teria recompensado, porém decepcionado amargamente o corajoso apóstolo. Como é então? Tanto aparato de circunstâncias, tanta gravidade de palavras, para simplesmente dizer que não será sobre Simão-Pedro, mas sobre o próprio Cristo que a sua Igreja será edificada? E qual será então o significado desta passagem do Evangelho, uma das mais majestosas e solenes de toda a Sagrada Escritura?

Não, não. Mais uma vez, contra uma tal interpretação revolta-se indignada a consciência cristã.

Se pastor Protestante quisesse argumentar com o decidido propósito de curvar-se perante a evidência, o seu papel agora era calar, ao menos a respeito da manifesta intenção do Salvador de constituir Pedro o seu imediato representante e pedra fundamental da sua Igreja. O que faz, porém, à página 220 de seu livro, é seguir pelo caminho batido, dizendo “que também os outros apóstolos e os profetas são englobadamente chamados **fundamento**, do mesmo modo são pedras secundárias e, assim sendo, lá se vai por terra o primado de S. Pedro, e com êle as pretensões papais”!

Devagar, meu amigo. Não é fácil trilhar essa vereda. Cite-me, por obséquio, **um** só texto onde Cristo haja dito a qualquer outro apóstolo que havia de ser “a pedra sôbre a qual êle edificaria a sua Igreja”. O que se vê são outros lugares da Escritura em que a palavra fundamento é, às vêzes, atribuída sômente a Cristo e outras vêzes aplicada a todos os apóstolos juntos; porém num sentido bem diferente.

Assim escreve S. Paulo aos coríntios (1 Cor III, 10-11): — “Segundo a graça que Deus me deu, tenho, como sábio arquiteto, lançado o fundamento: e outro edifica sôbre êle. Veja, entretanto, cada qual como edifica. Por que ninguém pode pôr outro fundamento senão o que foi pôsto, que é Jesus Cristo.”

O que aí S. Paulo quer dizer nada tem a ver contra o primado de Simão-Pedro. O sentido destas palavras suas é que ninguém pode ensinar o Evangelho a não ser da forma como Cristo o ensinou, pois fora de Cristo não há nem pode haver outro caminho para o céu.

Êste único fundamento S. Paulo já tinha lançado, como bom pedreiro, por onde passara pregando a Boa Nova.

Em face do que deixamos demonstrado, as palavras de Jesus a Simão-Pedro significam, efetivamente, a promessa do primado. Sim, um dia o Pescador da Galiléia devia ocupar um lugar de importância entre os seus companheiros de missão apostólica.

Eis, porém, que Pastor Protestante aparece com ar triunfante, afirmando que nesta passagem evangélica o Salvador usou uma linguagem metafórica; e tanto a boa exegese como o bom senso exigem que não se empreguem termos figurados para exprimir títulos válidos de nomeação para qualquer cargo. Diz isto à página 214.

Confessamos francamente que não esperávamos esta dificuldade da parte de um gramático. Onde foi que se disse que expressão metafórica contém sentido duvidoso? Abro um livro de história e leio o seguinte: — “Por morte de Eduardo VII passou a coroa às mãos de Jorge V”; “a côroa da Áustria não resistiu ao choque da guerra.”. Onde é que está o perigo de anfibologia nestas duas figuras de retórica? E’ que tanto a linguagem metafórica como a linguagem direta podem exprimir, com perfeita exatidão, o mesmo pensamento.

Isto, sim, é o que ensina um princípio co-mezinho de hermenêutica e bom senso.

Convém ainda não esquecer que o Salvador falava para povos orientais, naturalmente imaginosos, e procurou adaptar-se à mentalidade dos mesmos. Aliás, diz-nos o Evangelho que êle só ensinava por meio de parábolas. (Mat. XIII, 10-13).

Simão-Pedro é, por conseguinte, a pedra fundamental da Igreja, como representante visível do Filho de Deus. Logo, Pedro será, para a sociedade cristã, o que o alicerce é pa-

ra o edifício. Com êle, a solidez e garantia do prédio. Sem êle, o desmoronamento, a incerteza, a instabilidade.

Logo, Pedro é a autoridade suprema da Igreja fundada pelo Salvador. Logo, quem está com Pedro está com a Igreja de Deus; e quem se aparta de Pedro aparta-se da verdadeira Igreja.

Já no quarto século dizia o grande Santo Ambrósio: — “Onde está Pedro está a Igreja”.

A Chave do Reino dos Céus

Prosseguindo no seu inútil esforço para escurecer os grandes privilégios concedidos a S. Pedro, Pastor Protestante passa as suas baterias para outra expressão figurada que se acha imediatamente depois, no mesmo texto evangélico. Ei-la: — “E eu te darei as chaves do Reino dos Céus.”

Possuir as chaves de uma casa, de uma cidade ou de um reino significa conservar nas mãos o poder de abrí-los ou fechá-los, aceitar ou não aceitar, dentro dêles, gente de fóra. Significa, enfim, ter o poder de dono, de governador, de rei.

No oriente, punham-se as chaves aos ombros de um grande da terra para dar a saber que êle gozava ali de autoridade. A referida figura era, portanto, de uso corrente e todos prontamente entendiam sua significação. Assim é que o profeta Isaías emprega esta linguagem para exprimir o poder de Eliacim: — “Porei a seus ombros as chaves da casa de Davi.: e, se êle abre, ninguém fecha; e, se êle fecha, ninguém abre.” (Isaías, XXII, 29) .

Igualmente, no Apocalipse, S. João fala pela mesma forma para indicar o soberano poder de Jesus. (III, 7).

Fica, pois, bem patente que não existe dúvida apreciável acêrca da intenção que teve o Salvador de dar a S. Pedro plenos poderes para governar a Igreja. Em nome de Jesus, por conseguinte, Pedro estará à frente dos negócios do reino messiânico, de forma que só entrará na Igreja quem êle admitir e não ficará dentro dela, legitimamente, quem êle declarar fora dela pela excomunhão.

O poder de atar e desatar

De todos os dizeres de Cristo, quando solenemente prometeu a Pedro o primado apostólico, só nos falta analisar o derradeiro: — “Tudo o que ligares na terra será ligado no céu”.

E’ próprio das autoridades ligar e desligar, isto é, atar e desatar. Cada vez que promulgam uma lei ou lavram um novo decreto, elas criam para seus súditos uma nova obrigação, atando-lhes a natural liberdade de agir. Cada vez que declaram sem vigor uma lei ou dispensam dela um indivíduo, o desatam no sentido daquela obrigação.

Pois bem. A Simão-Pedro Jesus promete, especialmente, a plenitude do poder para ligar e desligar, atar e desatar: — “Tudo o que atares na terra será atado no céu..” (XXVIII, 18) E, para que se saiba a extensão dêsse saberano poder confiado ao referido apóstolo, Jesus garante que serão aprovadas e confirmadas no céu tôdas as decisões que o mesmo tomar neste mundo.

Não era possível exprimir, de modo mais claro e decisivo, a fôrça e a independência dos poderes que iam ser conferidos ao futuro chefe da Igreja. Suas sentenças são cheias de autoridade e nenhuma autoridade humana poderá revogá-las.

Mas sucede que Pastor Protestante, ainda não convencido, alega que, dois capítulos para diante, no mesmo Evangelho de S. Mateus, Jesus, falando aos apóstolos reunidos com Simão-Pedro, diz-lhes no plural: — “Tudo o que ligardes na terra será ligado no céu.” E desta passagem evangélica tira a seguinte conclusão: só por esta nova promessa caem por terra as pretensões dos Papas ao supremo governo da Igreja...

Alto lá, meu amigo! Escute e medite mais um pouco. Antes de tudo, lembro-lhe que só a Simão-Pedro o Senhor mudou o nome em Pedra, prometendo edificar sobre êle a sua Igreja. Lembro também que só a Simão-Pedro foi prometido o direito de abrir e fechar o céu. Lembro-lhe, sobretudo, que, no dia em que o Divino Mestre disse aos apóstolos que seria atado no céu o que êles tivessem atado na terra, já havia prometido a mesma cousa a Pedro, separadamente. Assim deu a entender a todos que podiam também atar e desatar, como verdadeiros bispos, porém sob a chefia daquele a quem havia prometido tantos outros privilégios.

Quer uma prova prática do que afirmamos? Um rei diz a um de seus generais, perante os outros altos oficiais do exército: — “General, confio-te tôdas as minhas tropas. Possues plenos poderes para agir e levar a nação ao triunfo completo. Tudo o que fizeres para tal fim, desde já dou por bem feito, como se tudo houvesse sido feito por mim próprio”.

Dias depois, falando a todos os generais, no meio dos quais se encontra o generalíssimo, diz-lhe o rei: — “Confio-vos as minhas tropas. Tendes plenos poderes para dirigir as operações militares, etc”. Quem será bastante idiota para concluir daqui que já não existe generalíssimo nas fôrças armadas e que os poderes dados, na véspera, ao general comandante... lhe foram tomados? Quem sustentará que os poderes conferidos ao Estado Maior do exército excluem a chefia do comandante geral das tropas em operação? Ninguém. Isto é claro como o sol.

Logo, a argumentação de Pastor Protestante só está dando um resultado: mostrar a absoluta solidez da fé católica.

A Investidura do Primado

Depois da rigorosa análise que fizemos, mostrando a imensa significação das promessas feitas a S. Pedro, vamos agora provar que o Divino Mestre, perto de voltar ao céu, cumpriu a referida palavra. Encontramos essa cena no capítulo 21 de S. João.

Perante os apóstolos reunidos, o Salvador se dirige a Simão-Pedro e lhe pergunta três vêzes: — “Simão, filho de Jonas, tu me amas?” E três vêzes o apóstolo interrogado responde: — “Eu vos amo”. Pois bem. Após cada resposta dada por Pedro, o Salvador lhe diz: — “Apascenta os meus cordeiros; apascenta as minhas ovelhas”. (XXI, 15-17).

Por esta maneira de falar, tôda a cristandade entendeu, desde logo, que foram confirmadas por Jesus as promessas anteriormente feitas ao pescador da Galiléia, quando lhe disse que sôbre êle ia edificar a sua Igreja e nas mãos dêle ia colocar as chaves do reino dos Céus.

Nada mais justo, pois os que lêem com atenção o Novo Testamento descobrem depressa a insistência com que o Redentor compara seus fiéis a um rebanho de ovelhas, dizendo: — “Eu sou o Bom Pastor: as minhas ovelhas me conhecem e eu conheço as minhas ovelhas...” (João, X, 14).

Ora, o que é que existe num rebanho senão carneiros e ovelhas? Pois, nesta passagem do Evangelho, Nosso Senhor confia todos, sem exceção de um só, ao governo de um só, ao

governo de Pedro, já que a palavra apascentar, no idioma hebraico, significa alimentar, reger, dirigir; e já vimos como Ele disse ao futuro chefe de sua Igreja: — “Apascenta os meus cordeiros, apascenta as minhas ovelhas”.

Aqui é Pedro constituído, de modo positivo, Pastor universal de todos os discípulos de Cristo, sem qualquer exceção. O mesmo apóstolo que, no capítulo 20 do citado Evangelho de S. João, havia recebido, em companhia dos outros, uma missão comum a todos, é neste momento distinguido com missão especialíssima, que dêle exigirá uma afeição mais generosa. E esta missão é o supremo governo da cristandade.

O pastor tem por ofício alimentar, dirigir, defender e castigar suas ovelhas. Comparai agora a sociedade cristã a um imenso rebanho e nela encontrareis o governador geral desempenhando o papel de pastor de todos as ovelhas da nação.

Quem leu a *Iliáda*, de Homero, deve estar lembrado de que os reis são ali, várias vezes, chamados “pastores dos povos”. E, no livro do profeta Isaías, diz o Senhor ao rei dos Persas: — “Tu és meu pastor e farás tôda a minha vontade” (XLIV, 28) Também no segundo Livro dos Reis, diz o Senhor a Davi: — “Tu apascentarás o meu povo israelita e sobre Israel serás o general em chefe” (V, 2).

O próprio Cristo se chamava o Bom Pastor, e é êste ofício que êle confia ao primeiro Papa, ao ter que deixar a terra.

O Primado de S. Pedro

Somos forçados a prosseguir no mesmo assunto.

E' que Pastor Protestante, cego pelos seus preconceitos contra o catolicismo, nem diante de uma prova tão eloquente se mostra convencido.

Eis aqui a triste explicação que dá para as solenes palavras do Salvador, entregando a Simão-Pedro a direção geral do seu rebanho. São verdadeiras evasivas que podem ser lidas à página 212 do seu malfalado livro. Leiamolas: "Em João, a tríplice recomendação de apascentar os cordeiros corresponde à tríplice negação: foi apenas a restauração de Pedro no apostolado de que decaíra."

E' pena que nenhuma outra significação Pastor Protestante descubra em uma investidura de tamanha importância!

Antes de tudo, porém, meu amigo, não é nada certo que Pedro houvesse perdido, como o Sr. supõe, os direitos de apóstolo por causa de sua conhecida negação. Provo-lhe isto da seguinte maneira:

I — Simão-Pedro negou a seu Divino Mestre, mas o próprio Evangelho afirma que êle chorou amargamente a fraqueza cometida.

II — Logo que ressuscitou, três dias depois, Jesus apareceu às santas mulheres e um anjo encarregou-as de levar a feliz notícia a seus discípulos, especialmente a Pedro: — “Ide e dizei a seus discípulos e a Pedro que êle irá adiante de vós para a Galiléia; lá o vereis, conforme vos disse (Marc., XVI, 7).

III — Não satisfeito de havê-lo distinguido com tão grande prova de especial estima, sem perda de tempo se deixou ver por êle (Lucas, XXIV, 23); e dali por diante nem uma vez apareceu aos apóstolos sem que Pedro se achasse presente na ocasião! Leia, para se persuadir melhor, o que diz o capítulo vinte e quatro do Evangelho de S. Lucas.

IV — Conforme nos diz S. João no capítulo vinte do seu Evangelho, no mesmo dia de sua gloriosa ressurreição o Salvador apareceu a todos os apóstolos, menos Tomé, e dirigiu-lhes as seguintes palavras: “Assim como meu Pai me enviou, eu vos envio. Recebei o Espírito Santo: os pecados serão perdoados a quem vós os perdoardes, e ficarão retidos em quem vós os retiverdes”. (V 21-23).

Então, meu amigo, será admissível que Simão-Pedro, favorecido com tantas provas de amizade, desde o dia da ressurreição de Jesus; S. Pedro, divinamente enviado, como os demais apóstolos, para a evangelização do mundo; S. Pedro, honrado, como os outros apóstolos, com a missão divina de perdoar os pecados, ainda não havia recuperado a sua prerrogativa de apóstolo?!

Contra uma tal lógica se insurge o bom senso cristão, que nela só exerga teimosia e talvez má fé.

Passemos agora em revista os textos evangélicos por nós examinados.

O plano do Salvador acêrca de sua Igreja vai se desenvolvendo de maneira majestosa, desde os seus primeiros traços até o seu definitivo acabamento.

Ao convidar os seus apóstolos para o acompanharem, distingue logo a S. Pedro dando-lhe um nome especial, Kefa, que significa Pedra ou Pedro. Nessa desusada mudança de nome achava-se simbòlicamente manifesta a divina intenção de fazer dêle a pedra fundamental da sua Igreja, como o seu legítimo continuador neste mundo.

Enxergando claramente o futuro, o Filho de Deus prevê tôdas as heresias, os cismas e apostasias, tôdas as fôrças do mal conjugadas contra a sua obra. Com uma tal visão do futuro dirige, desde logo, estas palavras proféticas àquele humilde pescador da Galiléia: — “Tu és Pedra e sôbre essa pedra edificarei a minha Igreja, e as portas do inferno nada poderão contra ela”.

Comentando essa cena de tão grande repercussão nos destinos da civilização cristã, disse com razão Daguesseau: — “Para produzir tal cousa, precisava ser profeta; para torná-la realidade, precisava ser Deus”.

E Deus tem mantido a sua palavra, pois hoje, como há dezenove séculos, a rocha de Pedro continua firme e inabalável.

Aproximava-se, entretanto, o fim da existência terrena de Jesus. Devendo fazer-se de volta ao céu, era natural que deixasse neste mundo um seu representante com plenos poderes para sàbiamente governar a sua Igreja, preservando-a do êrro e da decadência. E' então que o primeiro Papa já designado recebe a solene investidura de supremo Pastor: — "Simão, filho de Jonas, apascenta as minhas ovelhas".

Eis aí a Igreja, tal qual saiu das mãos do seu Fundador.

Cabe-nos agora o direito de perguntar aos nossos irmãos separados: Que é feito destas magníficas promessas? Onde é que se encontra essa pedra fundamental de Jesus Cristo? Onde é que pode ser visto êsse monumental edifício construído com tamanho encarecimento por êle? Em que mãos se acham as chaves do céu? Em que mãos se acha o cajado dêsse pastor universal? Será em poder de Lutero, Calvino ou Henrique VIII? Mas êsses homens viveram na mesma época e já vieram ao mundo no fim do décimo quinto século da era cristã. Com quem então estavam, antes dêles, essas chaves e êsses poderes concedidos pelo Salvador? Certamente com a Igreja Católica.

Mas, como foi que essa imensa autoridade concedida à Igreja teria passado para as mãos

de Lutero, Calvino e Henrique VIII? Quando foi que Cristo retirou da Igreja e colocou, nas mãos d'esses inovadores, a missão confiada a Simão-Pedro e seus legítimos sucessores? E, se Cristo não os encarregou de dirigir a Igreja, como foi que êles se atreveram a lançar mão violenta contra os seus legítimos representantes?

Escute, para terminar, estas palavras de Cobbet, ilustre protestante convertido à fé católica: — “A Igreja tira de Jesus a sua origem. Pedro foi mesmo pôsto por êle à frente da sua Igreja. E', pois, inelutável êste dilema: ou as Sagradas Escrituras mentem ou Jesus Cristo em pessoa prometeu à sua Igreja um chefe que deve durar através dos séculos”.

A Voz das Catacumbas

Até aqui apresentamos grandes provas de ordem lógica e escriturística, em favor da doutrina católica, acêrca do reinado de S. Pedro. Hoje, porém, vamos oferecer a Pastor Protestante uma dessas provas palpáveis que, para homens sérios e justiceiros, tapam simplesmente a bôca.

Já que o século atual fala tanto em ciência arqueológica, pediremos à própria arqueologia que nos diga se, nos quatro primeiros séculos da era cristã, S. Pedro já era considerado chefe da Igreja.

Se Simão-Pedro gozou, realmente, da elevada posição que o catolicismo lhe atribui, nenhuma outra personagem deve ter preocupado mais os primeiros cristãos do que êle, como continuador imediato da missão de Cristo. Pois é isto, exatamente, o que foi demonstrado, há poucas décadas, em célebres escavações, efetuadas em Roma, Parma, Milão, Gênova, Verona, Madri, Saragoça, Marselha, Lião, Reims, etc.

Revolvendo o subsolo, sábios insuspeitos trouxeram à luz o segrêdo daquela civilização, soterrado durante o domínio dos bárbaros e em tempos posteriores. E essas obras d'arte, com a eloquência dos argumentos irrespondíveis, vieram atestar que, excetuado o Divino Mestre, era S. Pedro a figura mais destacada dos primeiros séculos cristãos.

Como se sabe disto? Sabe-se através de livros dignos de todo respeito, como sejam as obras de Garrucci e Sisto Scaglia, sôbre a história da arte e da arqueologia cristãs.

Garrucci, por exemplo, dá-nos conta de 445 imagens do Solvador encontradas nessas pasmosas escavações. Pois bem. Logo abaixo aparece S. Pedro com 212 imagens e S. Paulo com 47, tão sômente....

Quase sempre um emblema designativo de autoridade marca o príncipe dos apóstolos. Aqui é uma cadeira, ali são as chaves, acolá é um livro da lei divina que Cristo lhe põe nas mãos. Há ainda a observar que nessas imagens apenas Moisés e S. Pedro trazem na mão um cajado, símbolo de poder. Por aí se torna evidente a semelhança dos dois grandes chefes, um na lei antiga e o outro na lei nova, a lei do evangelho.

Firmados, portanto, em tão valiosos testemunhos, podemos sustentar, mais uma vez, que a antiguidade não tinha dúvida quanto à autoridade de S. Pedro sôbre tôda a Igreja.

Com que autoridade vem agora Pastor Protestante dizer que "o papado é a suprema mistificação do cristianismo, legado aos tempos modernos pela superstição da Idade Média'?

Os Doze Tronos

Depois da argumentação que produzimos acêrca do primado de S. Pedro, parece que a única atitude dos nossos irmãos separados devia ser o silêncio, como prelúdio a uma conversão definitiva. Mas, o que os vemos fazer é saltarem noutro galho da Escritura atrás de alguma passagem um pouco obscura, para com ela investirem de novo contra a rocha do Papado.

Comecemos pela objeção dos **Doze Tronos** aduzida contra a Igreja.

Falando aos apóstolos, diz Nosso Senhor: “Em verdade vos digo que, depois da regeneração, vós que me acompanhastes ficareis assentados sôbre doze tronos, julgando as doze tribos de Israel, quando o Filho do Homem se houver assentado na sede de sua majestade”. (Mat. XIX, 28).

Querendo tirar daí argumento contra o primado apostólico, assim raciocina Pastor Protestante: “Ora, não há na promessa um trono mais elevado para Pedro”. (Pág. 236).

Por que será? Por uma razão muito simples, meu caro senhor: no céu não há nem pode haver exercício de jurisdição papal. Nessa passagem do Evangelho, Cristo promete um prêmio especial aos doze privilegiados que

Elle escolheu aqui na terra. Ora, o prêmio a nós reservado na bem-aventurança é maior ou menor, de acôrdo com a graça recebida. Lá, um simples cristão poderá ficar mais alto do que bispos e até papas que a êle tiverem ficado inferiores na prática da virtude. E' verdade que os apóstolos, em vista de sua grandiosa tarefa na pregação da Boa Nova, receberam de Deus graças mais abundantes. Assim distinguidos com **t e s o u r o s** sobrenaturais, grande será no céu o galardão de cada um, por terem sido fiéis ao chamado do Divino Mestre. Eis o que significa esta passagem evangélica.

Mas, que tem ela a ver com a supremacia de Simão-Pedro na Igreja aqui da terra? A nossa discussão se ocupa da **Igreja visível e militante**, onde o apóstolo Pedro faz as vezes de Jesus Cristo depois de sua subida ao céu; e Pastor Protestante nos vem falar do que há-de acontecer **no dia de juízo, depois da ressurreição dos mortos!** Discute-se aqui sobre a Igreja na terra, onde precisamos de uma autoridade suprema que nos fale em nome do Salvador, e êle se põe a argumentar com **o que há-de ser no céu daqui a séculos.** O assunto da discussão é o **tempo** e o nosso homem nos conduz para a **eternidade!**

Decididamente, quem procede assim erra o alvo de sua pontaria.

Missão à Samaria

A missão feita pelos apóstolos à Samaria é outro passo da Escritura do qual se prevalece Pastor Protestante para arranjar um argumento contra o primado de Pedro e, portanto, contra o pontificado romano.

Eis o texto escriturístico, tirado do oitavo capítulo dos Atos: “Quando os apóstolos que se achavam em Jerusalém souberam que a Samaria havia recebido a palavra de Deus, enviaram (Pastor Protestante traduz por **mandaram**) até lá Pedro e João”. (vers. 14).

À vista dessas palavras, conclui que os apóstolos não viam em S. Pedro qualquer superioridade diante deles, já que “os subalternos não mandam a seu superior” (Pág. 238)

Estamos nisto de pleno acôrdo, caro senhor, porque é absolutamente certo que os súditos não dão nem podem dar ordem a seu chefe. Mas a verdade é que o texto acima não permite que, honestamente, troquemos **enviar** por **mandar**, no sentido de **dar ordem**. Basta consultar o original grego e a sua respectiva tradução na Vulgata: **mittere** e não **jubere**. Entre **ordenar** e **enviar** existe grande diferença lógica. **Ondenar** é mandar como senhor ou chefe; ao passo que **enviar** significa apenas conseguir, por meio de sugestões, que outra pessoa vá. Assim, pois, podemos enviar mandando, aconselhando, suplicando.

Fica bem claro que, pelo simples emprêgo dêsse **verbo**, não cabe a ninguém o direito de concluir que existam relações de pura igualdade ou de superioridade entre o que envia e o que é enviado. Quer provas disto? Abra o livro de Josué, no capítulo 22, e veja os israelitas enviando Finéias e os príncipes das tribos a Jalaad (vers. 13-14) Abra o capítulo 15 dos Atos e veja os fiéis de Antioquia enviando Paulo e Barnabé aos apóstolos de Jerusalém. E ninguém ignora que, sendo bispos êstes dois enviados, não recebiam ordens de seus fiéis.

Só enxerga nesta passagem argumento contra o primado apostólico quem tem a cabeça cheia de prevenções e a tôda bobagem se apega. E' comum dizermos: os irmãos enviaram o mais velho para falar com o pai; o exército enviou o general a se estender com o soberano.

Não há, pois, razão para a dúvida aqui alegada pelos nossos contraditores protestantes. Aliás, no texto original, em língua grega, acha-se a confirmação do que acima se diz. Basta recorrer a um bom dicionário. Por exemplo, o Dicionário Grego do Novo Testamento, de Brooke F. Wescoott, que, devidamente traduzido, diz isto: **enviar, enviar ao longe**. Veja bem: **enviar** e não **ordenar**.

S. Paulo, Campeão Antipapal

Outro argumento de que se valem os protestantes para negar a suprema autoridade de S. Pedro, apóia-se no capítulo onze da segunda Epístola de S. Paulo aos Coríntios. Eis o texto com que êles nos acenam: "Cuido que em nada tenho sido inferior aos grandes apóstolos". (vers. 5)

Louco por uma oportunidade em que pareça triunfante, o nosso irmão separado exclama logo: "entra pelos olhos que esta asserção absoluta de Paulo é incompatível com a teoria romana" (Pág. 240). A verdade, entretanto, é que nada existe mais simples e claro do que a interpretação de tal passagem, de acôrdo com a opinião adotada pela Igreja Católica.

Falaremos com a desejada clareza. Depois da primeira missão de S. Paulo a Corinto, alguns falsos apóstolos fizeram tudo o que podiam fazer para desacreditá-lo aos olhos daquele povo recém-convertido. Para realizarem seu perverso intuito, começaram pondo-lhe em dúvida a autoridade e o título de apóstolo que êle mesmo usava. Com que direito, Paulo se apresentava como apóstolo, se êle não tinha sequer conhecido o divino Mestre neste mundo? Com que direito êle, um convertido da última hora, se equiparava ao **Doze**

privilegiados que Cristo havia escolhido a dedo e com êle tinham trabalhado e sofrido? Não viam por aí que Paulo era um intruso?

Enxergando naquela campanha um perigoso ardil do inferno para matar o entusiasmo daquela gente pelo cristianismo que êle mesmo lhe havia ensinado, S. Paulo sai a campo e prova que é legítimo o seu nome de apóstolo. E' que êle tinha diretamente escolhido por Cristo, da mesma forma que os Doze. Como os Doze, êle havia recebido de Cristo a sagrada apostólica.

Eis o que São Paulo aí quer dizer. Nem de leve faz alusão à existência de um chefe visível na Igreja, como imediato representante do Salvador na direção da cristandade. Pretender encontrar nessa passagem qualquer argumento contra o primado só prova uma cousa: ignorância ou preconceito religioso.

No seu empenho de lançar o descrédito sobre a autoridade papal, agarram-se logo os protestantes a outra passagem de S. Paulo, desta vez tirada de sua epístola aos Gálatas, no capítulo segundo.

Ei-la: "Quatorze anos depois, subi outra vez a Jerusalém com Barnabé, levando também a Tito. Mas subi em consequência de uma revelação; e expliquei aos fiéis o Evangelho que prego entre os gentios, e particularmente àqueles que pareciam ser os de maior consideração, pelo temor de não correr ou de haver corrido em vão. Quanto, porém, àque-

les que pareciam ser os mais considerados (quais hajam sido noutro tempo, pouco me importa; Deus não faz acepção de pessoas) àqueles, digo, que pareciam ser alguma coisa, esses nada me comunicaram. Antes, pelo contrário, tendo visto que me havia sido comunicado o Evangelho da incircuncisão, como (fôra dado) a Pedro o da circuncisão, (porque o que (Deus) obrou em Pedro para o apostolado da circuncisão, também obrou em mim para os gentios); e, tendo conhecido em mim a graça que me foi dada, Tiago, e Cefas, e João que pareciam ser as colunas (da Igreja), nos deram as mãos, a mim e a Barnabé, em sinal de companhia, para que nós pregássemos aos gentios. "Ora, tendo-Cefas vindo depois a Antioquia, resisti-lhe publicamente, porque era repreensível". (vers. 11).

Aí está todo o trecho de S. Paulo onde muitos protestantes querem enxergar despreço do grande apóstolo para com a autoridade de S. Pedro. Façamos de todo êle um exame escrupuloso. Para Pastor Protestante, o emprêgo de verbo **pareciam**, a coordenação igualitária de Pedro e Paulo, a repreensão que êste fêz àquêle, em Antioquia, são três golpes mortais vibrados contra a primazia de Pedro.

Para bem entendermos essa linguagem de S. Paulo aos Gálatas, é preciso explicar, antes de tudo, os fatos que o levaram a escrever dessa vez aos habitantes da Galácia. Porque, tanto nesta última região como em Corinto, por onde S. Paulo já andara evangelizando, tinham aparecido, na sua ausência,

inimigos rancorosos que lançavam mão de todos os meios para desacreditá-lo perante aquelas populações.

E o motivo principal de tão perversa propaganda era que os judeus recém-batizados não podiam absolutamente compreender que a lei de Moisés em que eles tinham sido educados e da qual tinham uma idéia elevadíssima, fôsse substituída pelo cristianismo. Para eles o cristianismo ensinado por Paulo, em lugar de completar, o que fazia era destruir a Lei mosaica. Por isto moviam oposição obstinada ao apostolado de Paulo que lhes parecia um perigoso revolucionário.

Na Galiléia, a atitude dos inimigos do Apóstolo primava pela astúcia. Sem se oporem abertamente às decisões do Concílio de Jerusalém, que havia decidido estarem sem vigor determinados ritos e prescrições da lei mosaica, afirmavam jeitosamente que aquela decisão do concílio era de caráter provisório, para evitar choque com as idéias de Paulo. E insistiam dizendo que o verdadeiro Evangelho era o que saía da boca de Pedro, Tiago e João, que eram as colunas da Igreja, que estes é que desde o princípio haviam convivido com o Salvador e guardado com exatidão seus ensinamentos. Etc, etc.

Assim argumentando, não negavam que a fé em Cristo bastava para a eterna salvação; mas repetiam que as observâncias do rito mosaico davam aos cristãos uma perfeição religiosa que os pagãos batizados nunca po-

deriam conseguir, se não as pusessem em prática. Desconfiassem, portanto, da pregação de Paulo, que era um perigoso inovador. Ele que tão recentemente perseguira os cristãos, não podia agora merecer tão grande confiança; e o seu Evangelho só podia ser incompleto e defeituoso... Quem quisesse ser perfeito, diziam os tais, escutasse antes o que diziam as **colunas da Igrejas**, recebessem a circuncisão e observassem o ritual da lei de Moisés.

Tão ardilosas afirmações estavam produzindo efeito em muitos corações. As novas cristandades convertidas por Paulo sentiam-se num mar de dúvidas e corriam grande perigo de cisma. Estava, pois, o grande apóstolo no imperioso dever de intervir para evitar este perigo, defendendo sua doutrina.

Feita esta longa exposição, mostraremos a que ficam reduzidos os argumentos de Pastor Protestante, quando procura concluir daí que S. Paulo desdenhou a autoridade de S. Pedro, como chefe supremo da Igreja.

Parece, mais não é

Focalizemos logo o verbo **pareciam** que, à primeira vista, parece uma bomba atômica, capaz de botar por terra a estátua de S. Pedro e, na realidade, é apenas um sofisma embarcado no equívoco de uma palavra. E' que Pastor Protestante toma aí o verbo **parecer** no sentido de ter a aparência de uma coisa sem, na realidade, ser essa mesma coisa. Veio daí a artilosa conclusão tirada por êle: que Pedro, Tiago e João eram exteriormente considerados **colunas da Igreja**, mas de verdade não o eram.

Ora, qualquer exegeta medíocre sabe que o verbo **videri**, parecer, vez por outra se apresenta com o sentido de **ser considerado o que verdadeiramente é**. Eis o que quis dizer São Paulo: "Dizeis que meu evangelho e minha doutrina não são dignos de fé. Pois ficai sabendo que em Jerusalém eu os expus à apreciação daqueles que para vós são os depositários do verdadeiro cristianismo, tidos e havidos como **colunas da Igreja**. Condenaram-me por isto? repreenderam-me? Não. Aquelas autoridades não acharam em mim o que condenar e, dessa forma, aprovaram todos os meus ensinamentos. Além disto, Pedro, Tiago e João, aos quais cabia o direito de examinar minha doutrina, reconheceram o apostolado que Deus me tinha confiado e, em sinal de amizade, me apertaram a mão".

Se Pastor Protestante quiser ler outras passagens do Novo Testamento nas quais **parece** se apresenta no sentido de ter as **aparências de uma coisa ou pessoa que é realmente**, leia o evangelho de S. Marcos, capítulo décimo, versículo 42; ou o evangelho de S. Lucas, capítulo vinte e dois, versículo 24, para não irmos mais longe.

Pastor Protestante, como já vimos, da ... epístola de S. Paulo aos gálatas (cap. segundo) quer concluir que o apóstolo das gentes fala de Pedro como de um simples colega, e não de um chefe.

Aqui, como em outros casos da vida, vai grande distância entre o ser e o parecer. Parece, realmente, exprimir isto mesmo, mas um exame desapassionado dos documentos revela o contrário. Nessa passagem da epístola aos gálatas, o objetivo do Apóstolo não é nem a chefia de Pedro sobre a Igreja nascente, nem tão pouco uma divisão sistemática e exclusivista do campo destinado à evangelização.

Por que, meu caro pastor? Porque S. Paulo, ao escrever a citada epístola, já sabia ter sido Pedro quem batizara os primeiros gentios, abrindo para eles as portas da Santa Igreja. Alguns anos para trás, êle, S. Paulo, ouvira dos lábios de S. Pedro a seguinte declaração: "Sabeis que, desde os primeiros dias, Deus ordenou que, por minha bôca, ouvissem os gentios a palavra do Evangelho". (Sobre isto leia "Atos", cap. XV, vers. 7)

Por outro lado, é absolutamente inexato que Paulo houvesse limitado sua pregação aos gentios. E a prova disto é que, em tôdas as suas excursões apostólicas, sua primeira tarefa era pregar a Boa Nova aos israelitas. Só depois de repellido por êstes é que se voltava para os pagãos, quase sempre mais bem dispostos e generosos. Para se convencer disto, queira ler os capítulos 13, 14, 17, 18, 19, 20, 21 dos "Atos".

Considerando, històricamente, os doze anos por êle vividos até então a serviço do Evangelho, Paulo faz ver aí como Deus tinha abençoado sua pregação aos gentios por meio de numerosos milagres e conversões, da mesma forma que era abençoado o ministério de Pedro entre os israelitas. Note bem isto: por que aí S. Paulo compara sua carreira apostólica com a de S. Pedro? Não é fora de qualquer dúvida que também os outros apóstolos haviam pregado o Evangelho aos israelitas? Por que destacar aqui sòmente a Pedro quando se dirige aos gálatas que só êle, Paulo, havia evangelizado e convertido?

A mais plausível explicação é que, pelo fato de ser Pedro o chefe supremo da Igreja, ao menos de nome todos os cristãos deviam conhecê-lo e seguir-lhe a direção.

Agora falaremos do discutido episódio de Antioquia.

Conforme sabemos através do Novo Testamento, achavam-se os apóstolos Pedro e Paulo naquela cidade, cujos cristãos, na sua

maioria, tinham vindo do judaísmo. Procurando acomodar-se às exigências do meio, viviam ali os dois citados apóstolos com os novos cristãos sem se preocuparem com leis mosaicas, já então suprimidas pelo Evangelho.

A esse tempo, chegam de Jerusalém alguns cristãos convertidos do judaísmo, ardentes de zelo pela lei mosaica. Temendo cair no desagrado deles e assim afastá-los do cristianismo, pouco a pouco Pedro foi se afastando das refeições a que compareciam os cristãos daquela terra. Além disto, embora sabendo que os ritos mosaicos de nada adiantavam à vida cristã, condescendia com a fraqueza dos judeus-cristãos e diante deles cumpria as referidas prescrições rituais. Era assim, aliás, que procediam os outros apóstolos, sobretudo S. Tiago, bispo de Jerusalém.

Por iguais razões, S. Paulo tinha circuncidado a seu caro discípulo Timóteo; e, numa de suas viagens a Jerusalém, entrou no templo, purificou-se de acôrdo com as prescrições de Moisés e ofereceu as oblações legais.

Por aí se vê que o retraimento de Pedro significava somente uma condescendência paternal, um ato de caridade para com seus compatriotas recém-convertidos ao cristianismo. Mas naquela cidade as circunstâncias eram diferentes das de Jerusalém; e Paulo, que pregava o Evangelho quase sempre aos gentios, previu a campanha de difamação que seus inimigos breve iriam mover contra êle, apoiados no exemplo do chefe dos apóstolos.

Com efeito, muitos judeus e até Barnabé, fiel companheiro de Paulo, já estavam voltando às práticas rituais do judaísmo; também eles já tinham deixado de comer com os gentios convertidos.

Em tão sombrias circunstâncias, percebeu Paulo que o caminho a seguir era mostrar, publicamente, que a atitude de Pedro, justificável em Jerusalém, não era bem conforme ao espírito do Evangelho, desde que o Divino Mestre nos havia libertado das peias mortificantes do mosaísmo.

Um dia, portanto, num dos ágapes dos cristãos ao qual Pedro comparecera, Paulo o adverte publicamente, como se vê de sua epístola aos gálatas (cap. II, v. 13): “Se tu, sendo judeu, vives como os gentios (batizados) e não como judeu, por que obrigas (com teu exemplo) os outros a judaizarem?”

Agora pergunto a Pastor Protestante: Haverá, nessa admoestação pública, qualquer contestação do primado apostólico? De modo algum. Aí Paulo não desobedece a nenhuma ordem dada por Pedro, não se insurge contra sua doutrina, não nega sua autoridade. Não lhe falou aí como um superior, cheio de autoridade, porém à maneira de filho mais velho, fazendo-lhe ver a necessidade de viver de acordo com o que ele próprio, Pedro, ensinava noutros lugares.

Eis a única significação dessa passagem da epístola aos gálatas. Ouça lá como o genial Sto. Agostinho comenta êste episódio, transformando-o em novo argumento a favor da suprema autoridade de Pedro: "Com santa e piedosa humildade, Pedro aceita a observação a êle feita por Paulo (que assim agiu) inspirado na liberdade do amor. Deixou assim aos seu sucessores um raro exemplo de consentirem em ser corrigidos pelos súditos, quando se desviassem do reto caminho..."

S. Pedro e os Papas

Como chave de ouro desta série de argumentos, examinaremos o testemunho do próprio S. Pedro.

A sua atitude humilde em face das observações de S. Paulo, afirma Pastor Protestante, bem nos mostra que “êle (Pedro) inteiramente ignorava possuir a posição e os títulos pomposos que, em nome dêle, os Papas assumem. Nas suas epistolas, — a crer em nosso ardente contraditor, — nada existe “que se pareça com um decreto do Vaticano”. Em palpável contraste com o autoritarismo vanglorioso das bulas papais, escreve S. Pedro: “Simão Pedro, servo e apóstolo de Jesus Cristo, esta é a rogativa que faço aos presbíteros, eu, presbítero como êles”. (Páginas 242-243).

Parece-lhe então, meu amigo, que esta humilde linguagem de S. Pedro afaste a hipótese de ser êle o chefe visível e universal da Igreja? Pois, a mim não acontece a mesma cousa. Para lho demonstrar, lembro que S. Pedro não escrevia para protestantes, preocupados em negar-lhe a autoridade, porém a cristãos que de boa fé haviam abraçado o Evangelho, cristãos que em Pedro reconheciam o continuador de Jesus Cristo e nem por sonho pensavam em pô-lo em dúvida.

— Mas, que contraste entre os apóstolos e as bulas papais! — dirá Pastor Protestante.

Está-se vendo que o sr. nunca leu uma bula papal. Como S. Pedro, o Papa ainda hoje se dirige aos bispos, saudando-os com o doce nome de irmãos; e assim é que se assina: **servo dos servos de Deus**. Estas expressões nada encerram de **autoritarismo vanglorioso**.

— Mas os Papas — atalhará o Pastor — dão ordens terminantes, ameaçam castigos, lançam excomunhões.

Pois não é assim que procedem as autoridades cômicas de seu dever? Foi assim mesmo que, na hora precisa, procedeu o humilde S. Pedro. Quando o Sinédrio pretendia algemar a Igreja nascente, impondo silêncio aos seus apóstolos, eis como, em nome de todos, S. Pedro rebate as pretensões do poder civil: “Não podemos! Antes de obedecer aos homens, é necessário (obedecer) a Deus.” (Leia “Atos”, IV, 20; V, 29.

Veja com que severidade S. Pedro julga e repreende a Ananias e Safira; veja como o Espírito Santo, confirmando a sentença dada por êle, fulmina de morte os dois culpados. (V, 1-11). Veja também o desassombro com que êle rejeita as sacrílegas propostas de Simão Mago e lhe exprobra a miserável oferta. (VIII 18-24). Pois os Papas, no decurso dos séculos, não fizeram outra coisa: fustigaram

os vícios, condenaram os malfeitores, defenderam a liberdade da Igreja contra os caprichos dos poderosos do mundo.

Seguindo o exemplo de S. Pedro, os Papas, sem deixarem de ser humildes, têm defendido a causa do Evangelho contra o êrro, contra o vício, contra a fôrça.

Para se convencer disto, basta abrir a história com sincero desejo de tirar dela as lições que dela se desprendem.

A superioridade de S. Pedro na Voz dos Evangelhos

Contrariamente ao parecer de Pastor Protestante, mostraremos agora como os Evangelhos nos revelam a verdadeira superioridade de S. Pedro sobre os outros apóstolos.

Como viram os nossos benévolos leitores, passamos em revista, uma por uma, tôdas as metralhadoras do protestantismo, quando contesta o primado de S. Pedro; e não nos foi difícil desmantelar a sua máquina de guerra. Muito mais indestrutível do que elles supõem, é a rocha em que repousa este edifício vinte vêzes secular.

Embora já tenhamos salientado os passos dos Evangelhos em que se acha irrefutavelmente estabelecida a supremacia de São Pedro sobre toda a sociedade cristã, parece de grande importância recapitular agora os principais.

Sobejamente demonstramos que Pedro é, de fato, a pedra fundamental sobre que o Divino Mestre edificou a sua Igreja. E' ou não é verdade que os outros apóstolos pertencem a esta mesma Igreja? Se a ela pertencem, devem apoiar-se em Pedro, como num alicerce indispensável à sua missão evangelizadora.

Vimos também que a Simão-Pedro cabe o poder divino de **atar e desatar** na terra com solene garantia de serem suas sentenças confirmadas no céu. Daqui se conclui que, no exercício de sua jurisdição, os apóstolos são obrigados, em consciência, a submeter-se à autoridade de Pedro, da mesma forma que os outros fiéis cristãos.

Quem, senão Pedro, foi proclamado por J. Cristo pastor universal das ovelhas e cordeiros de todo o seu trabalho, isto é, da sua Igreja? Logo, se os outros apóstolos querem ficar pertencendo a essa Igreja, se querem ficar sendo verdadeiras ovelhas do Pastor Divino, têm que sujeitar-se ao cajado de Pedro.

Haverá mais clara investidura de um poder universal?

Dizem e repetem os protestantes que se regem, escrupulosamente, pela Bíblia. Trazem, com efeito, a boca cheia de Bíblia. Pois bem, nós os desafiamos a citarem uma só passagem da Escritura em que se veja claramente que o Divino Mestre haja concedido qualquer autoridade aos outros apóstolos sem ser ao lado de Pedro e na dependência do mesmo. Mostrem-nos, por favor, um lugar dos Evangelhos onde os outros apóstolos sejam chamados **pedras da Igreja**. Mostrem-nos onde foi que qualquer deles recebeu o ofício de apascentar suas ovelhas e seus rebanhos. Por que a Pedro e só a Pedro o Salvador dirigiu palavras de tão grande significação?

Sim, meu amigo. Se se tratava de estabelecer uma autoridade igual para todos êles, por que o Filho de Deus não se contentou com as palavras ditas a todos os apóstolos? Por que tantas vêzes se dirigiu sòmente a Pedro? Escute lá destas palavras: **“Tu és bem-aventurado, Simão Bar Jonas; tu és Pedra e sôbre essa pedra edificarei a minha Igreja; Simão, eu roguei por ti para que a tua fé não esmoreça; confirma os teus irmãos; apascenta os meus cordeiros, apascenta as minhas ovelhas”**. (Mat. XVI, 17-18; Lucas. XXII, 31-32; João XXI, 15-17).

Que lhe parece de tudo isto? À luz de tão sérios argumentos, deixe que lhe perguntemos: Qual dos dois é o que violenta o texto sagrado? Qual das duas interpretações é a mais fiel ao Evangelho: a católica ou a protestante? Meta a mão na consciência e fale.

O primado exercido na antiguidade

Não querendo dar-se por vencido, Pastor Protestante volta à fala, dizendo que a melhor prova de que Pedro não recebeu especial autorização para dirigir a Igreja é que nunca fêz uso dessa investidura.

A crermos em suas palavras, os “Atos”, livro em que S. Lucas nos deixou os fatos mais salientes da atividade dos apóstolos, nada nos dirão acêrca do exercício do primado de S. Pedro. Mas, como tudo isso anda longe da verdade!

Admitindo-se, por hipótese, que Pedro jamais houvesse pôsto em prática os direitos do seu primaciado, poderíamos concluir daí que êsse direito não lhe pertencesse? Não e não. Onde já se viu que uma lei deixasse de existir só porque alguém deixou de se utilizar das vantagens que ela lhe oferecia?

Ora, as palavras de Cristo valem por uma lei, dando a Simão-Pedro o direito de governar a Igreja, fazendo-lhe as vêzes aqui na terra; se Pedro não tivesse exercido êsse direito, poderíamos assim explicar o fato: que não tivesse havido precisão de exercitá-lo.

Repetimos o que acima deixamos dito: o não-uso de um direito concedido por Deus não serve de prova de sua não-existência.

Mas será mesmo exato que os outros apóstolos não deram sinais de reconhecer essa primazia? Será ainda exato que a história da Igreja não contenha certos vestígios de haver ela sido posta em ação? Pastor Protestante acha isto tão indubitável que escreveu o seguinte: "a ausência do sol ao meio dia não é mais notável do que a ausência da supremacia oficial de S. Pedro nas páginas do Novo Testamento". (Pág. 243).

Vamos aos fatos. Não terão os apóstolos dado mostras de reconhecer a primazia de S. Pedro? Por que então todos os evangelistas, sem exceção de um só, tôdas as vêzes que falam nos Doze ou os mencionam pelos respectivos nomes, dão a Pedro o lugar de honra e primazia? Não lhe parece que tal prioridade seja altamente significativa, especialmente depois das antigas contendas para saberem qual dêles era o maior? Outrora queriam saber qual dêles era o primeiro: agora é o próprio S. Mateus quem nos afirma no seu Evangelho: "Primeiro, Simão que se chama Pedro." (X, 2).

Recordemos os primeiros capítulos dos "Atos", onde S. Lucas relata os mais notáveis sucessos da Igreja primitiva. Que é que nêles se lê? Lá aprendemos que foi S. Pedro o primeiro a anunciar o Evangelho aos judeus, depois da morte da Salvador; por sinal que com seus primeiros sermões converteu três mil pessoas (II, 41). Que foi S. Pedro quem

admitiu na Igreja os primeiros gentios (X, 9 e seguintes). Que foi Pedro quem operou o primeiro milagre em confirmação da fé em J. Cristo (III, 1 e seguintes).

Dizem-nos os "Atos" que, da mesma forma que o povo fazia com o Salvador, fazia com Pedro, no sentido de levarem até êle grande número de enfermos para que os curasse (V, 15).

Acha pouco tudo isto ? Pois ouça mais. Leia os "Atos" (I, 15 e seguintes) e lá verá que foi S. Pedro o apóstolo que promoveu e presidiu a eleição de um novo apóstolo para substituir a Judas. Pelos "Atos" (II, 14; IV, 8) verá também que foi S. Pedro o primeiro a tomar a defesa de seus colegas contra o Sinédrio, que queria impedi-los de pregar. Leia nos "Atos" (VIII, 20) Pedro condenando, com pasmosa autoridade, o primeiro herege simoníaco.

Se Pedro é preso por ordem de Herodes, tôda a Igreja se põe em oração até vê-lo milagrosamente salvo. (Atos, XII, 3.) Parece pouco tudo isto? Pois escute: quando, em Jerusalém, se reúne o primeiro concílio para decidir acêrca de uma questão importantíssima, é Pedro o primeiro que toma a palavra e põe termo à controvérsia. (Atos, XV, 7 e seguintes).

Sempre Pedro é visto como chefe supremo, na defesa da fé e dos bons costumes, na propagação da Igreja, na promulgação das leis, no dom dos milagres, no papel de imediato representante de J. Cristo.

S. Pedro em Roma

Depois de haver fundado as igrejas de Jerusalém e Antioquia, as mais célebres da Ásia, partiu S. Pedro, para o Ocidente com o propósito de fixar-se em Roma, até então baluarte do paganismo e destinada a tornar-se o centro da vida cristã.

Na cidade dos Césares estabeleceu êle a sua cátedra episcopal. Derramando nela seu sangue por amor do divino Mestre, inaugurou a dinastia dos Papas, que já conta vinte séculos de existência. E' exatamente isto que pretendemos demonstrar contra os sofismas do protestantismo. E' fora de dúvida que o príncipe dos apóstolos, tendo-se libertado da prisão em Jesuralém, escolheu Roma para sua residência episcopal. Sôbre a certeza dêste fato, em tôda a antiguidade cristã, não pairou sequer a sombra de uma contestação.

Foi sòmente no século quatorze que appareceu o primeiro a pô-lo em dúvida, aliás interesseiramente. Com o intuito de defender Luís da Baviera contra o Papa João XXII, Marcílio de Pádua lançou no ar a dúvida, que os protestantes breve converteram em negação formal, como quem aproveita tôda arma para atingir o fim que tem em mira.

Para que se saiba, entretanto, quanto é fora de contestação a estada de S. Pedro em Roma, bastam os seguintes testemunhos, todos de imenso valor.

S. Cipriano que viveu no século terceiro da nossa era e foi bispo primaz da África, numa sua epístola a Antoniano, diz: — “Tendo ficado vaga a sede de Fabiano, isto é, a sede de Pedro, e da dignidade da cátedra, foi Cornélio criado bispo.” (Epístola X ad Antonianum).

Orígenes, o maior luminar da Escola de Alexandria, falecido em 254, atesta que S. Marcos escreveu o seu Evangelho a pedido dos “romanos que tinham ouvido a pregação de S. Pedro.” (Coment. in Genes., tomo 3).

Tertuliano, morto depois de 222, entre outras alusões à estada de S. Pedro em Roma, diz o seguinte: — “Oh! Igreja feliz à qual deram os apóstolos, juntamente com seu sangue, o tesouro de sua doutrina, onde Pedro se assemelhou ao Mestre no gênero de morte. Etc.” Escrevendo contra os hereses, o vigoroso polemista apelava para o fato da estada de S. Pedro em Roma, sem medo de ser contestado.

Há, porém, entre quase uma dezena de outros documentos comprovando a tese da Santa Igreja, dois, pelo menos, de uma força demonstrativa extraordinária. São os testemunhos deixados por Santo Irineu e Santo Inácio.

Santo Irineu morreu em 202, após haver sido educado na escola de Policarpo, que, por sua vez, fica distanciado dos apóstolos apenas por uma geração. Pois este venerando varão, na sua obra “Contra as Heresias”, repetidas vezes fala na presença de S. Pedro em Roma.

Acha-se isto no III livro, c. I, n. I. da citada obra. Eis o trecho decisivo: — “Encontrando-se entre os hebreus, redigiu Mateus o Evangelho na língua dêles, enquanto Pedro e Paulo evangelizavam em Roma e aí fundavam a Igreja”.

Não podemos, entretanto, deixar sem especial menção o testemunho de Eusébio, tristemente adulterado por Pastor Protestante. Assim reza o texto de Irineu: — “Fundando, portanto, e instruindo a Igreja, os bem-aventurados apóstolos Pedro e Paulo entregaram o episcopado a Lino... A êste sucedeu Anacleto. Depois dêste, em terceiro lugar, Clemente ocupou o episcopado (transmitido) pelos apóstolos”. (*Adversus Hereses*, III, 3 (MG VII)

Vejamos agora o que diz Eusébio na sua *História eclesiástica*: — “Depois de Pedro, Lino foi o primeiro a exercer o episcopado na Igreja Romana”. E’ ainda Irineu quem, no seu livro *Chronicon*, em têxto sagazmente omitido por Pastor Protestante, escreveu o seguinte:” — Como o apóstolo Pedro houvesse fundado a igreja de Antioquia, foi enviado para Roma, e aí, pregando o Evangelho, permaneceu bispo desta cidade por vinte e cinco anos. Depois de Pedro, Lino foi o primeiro a reger a Igreja de Roma.” (*Hist. Ecclesiae*, livro III, cap. 4 (MG XX, 22).

Diante do exposto, como perseverar negando verdades tão meridianas? Negar a verdade conhecida por tal é pecado contra o Espírito Santo, atitude indigna de um discípulo do Salvador.

Santo Inácio, martirizado no ano 107, de viagem para Roma, escreveu várias epístolas a diferentes igrejas, confortando-as na Fé e obediência aos superiores eclesiásticos. Numa dessas cartas, dirigida aos romanos, diz textualmente: — “Tudo isto não vos ordeno como Pedro e Paulo: êles eram apóstolos, enquanto eu sou um condenado à morte.”

Parece claro, em tal linguagem, haver nos romanos, já então, um perfeito conhecimento daqueles dois arautos do Evangelho...

S. Pedro, Bispo de Roma

Depois de demonstrado que S. Pedro pregou mesmo em Roma, cabe-nos provar ter sido êle o primeiro bispo daquela cidade sem par na Igreja.

Não abusaremos da paciência dos leitores com infindável lista de autorizadas personagens que dão testemunho em tal sentido. Contentar-nos-mos de mostrar, com documentos respeitáveis, que varões como Sto. Irineu, Caio, S. Cipriano, Optato, Santo Agostinho, S. Jerônimo, Suplício Severo, o autor anônimo do **Carmen Adversus Marcionem** abonam o ponto de vista católico.

Antes de tudo, lembramos que todos os catálogos de bispos de Roma, sem exceção alguma, catálogos organizados com o maior escrúpulo, tanto no ocidente como no Oriente, collocam sempre o nome de S. Pedro à frente dos chefes que teve a Igreja.

Objecções de Pastor Protestante

Se os norteasse um profundo amor à verdade, há muito que devia ter cessado o clamor de certa classe de protestantes contra os direitos de S. Pedro ao título de bispo de Roma.

Fechando os olhos a tantas razões alegadas pela Igreja, Pastor Protestante persiste na sua negação invocando, a seu favor, um argumento tirado do silêncio do apóstolo S. Paulo. Na verdade, afirmaram êles, se S. Pedro fôsse o bispo de Roma no tempo das missões apostólicas de S. Paulo, infalivelmente teria êste último feito referência ao mesmo, quando escreveu a sua conhecida epístola aos romanos...

A primeira vista, semelhante argumento parece de grande alcance, pois não se concebe que o bravo evangelizador dos gentios, numa epístola em que saúda mais de vinte irmãos na fé com morada em Roma, silenciasse o nome do bispo daquela cidade. Não lhe ficaria bem enviar cumprimentos a tantas ovelhas, pondo à margem o pastor.

Outra, porém, é a verdade. Basta lembrar por ora, que S. Paulo também escreveu aos cristãos de Éfeso e não faz qualquer alu-

são ao bispo daquela terra. Por igual enviou epístolas aos coríntios, aos gálatas, aos tessalonicenses, aos colossenses, aos hebreus... e em nenhuma delas faz menção dos pastores colocados à frente daquelas comunidades.

Como explicar tudo isto? Primeiramente, é bem possível que os portadores dessas mensagens, que eram pessoas de sua inteira confiança, levassem especiais recomendações, orais ou escritas, para os bispos das referidas paragens. Depois, convém ter presente que eram maus os tempos, constantes as perseguições religiosas, e tudo aconselhava a não pôr em evidência o nome do bispo local num documento público. Etc.

Podemos acrescentar a tudo isto que é sempre desaconselhável englobar o nome do chefe de uma diocese na enumeração de simples fiéis.

Quem leu o que aí fica devia naturalmente esperar que Pastor Protestante pusesse ponto final nas suas contestações à estada de S. Pedro em Roma e à sua consequente investidura episcopal naquela cidade.

Mas o que sucede é que o homem continua no mesmo pensamento: passa de um galho para outro e, sem se dar por achado, lança o seguinte argumento: — “Se Pedro ali tivesse a sede do seu episcopado, S. Paulo não invadiria anárquicamente diocese alheia”, pois êle tinha por princípio “não edificar sôbre fundamento alheio”.

Antes de tudo, meu amigo, êste sistema de conduta não foi sempre adotado por S. Paulo; e a prova é que êle pregou o Evangelho nas igrejas de Damasco, Antioquia e Jerusalém, que não haviam sido fundadas por êle. Além disto, o argumento apresentado contra nós, se provasse alguma causa, provaria exatamente o contrário de seus desejos.

Leia com atenção todo o capítulo XV da citada epístola aos romanos. Nela, efetivamente, declara São Paulo que não costumava pregar a Boa Nova onde Cristo já havia sido anunciado, a fim de não edificar em cima de alicerce de outra pessoa. (vers. 20).

“Por isso mesmo, continua êle, me via embarçado, muitas vêzes, para ir ver-vos e não tenho podido fazê-lo até agora. Entretanto, já não tenho motivo para me demorar, por mais tempo, nestas terras; e desejando ir ver-vos há muitos anos, logo que me ponha de viagem para a Espanha, espero ver-vos de passagem”. (vers. 22-24).

Conforme se vê, as palavras do apóstolo das gentes nos levam a uma conclusão bem diferente das que Pastor Protestante desejava. E qual será esta conclusão? Paulo comunica que, tencionando ir à Espanha, verá, de passagem, os romanos, com os quais, de há muito, desejava entrar em relações. Não demorará entre êles porque não gosta de edificar em cima de alicerce de outrem. Quer isto dizer, implicitamente, que ali outro já havia edificado antes dêle. Aliás, êle já o tinha feito sentir no comêço da sua epís-

tola: “vossa fé é conhecida em todo o mundo.” (I, 8). Já havia afirmado que “os romanos estavam cheios de caridade, cheios de toda a ciência”. (XV, 14). E pouco depois dirá que eram tão submissos a seus superiores eclesiásticos que “a obediência deles era notória em toda parte.” (XVI, 19).

De tudo isto se conclui que, antes de Paulo aparecer em Roma, já existia por lá uma cristandade tão florescente que a sua boa fama corria em todo o mundo cristão. Mas quem teria fundado tamanho bloco de discípulos do Salvador na capital do maior império do mundo?

— S. Pedro, respondem-nos todos os documentos dignos de respeito.

Pois bem, negando a viagem de Pedro a Roma, os nossos irmãos separados saíram atrás de um possível fundador, lançando mão de todos os recursos da imaginação, já que a História não os favorecia; e ainda hoje estão embaraçados nessa busca eternamente frustrada.

Em lugar de assim procederem, o que lhes competia era pensar como todos os espíritos razoáveis, admitindo que, sendo Roma a capital do Império e a cidade mais corrompida da Europa, onde enxameavam as religiões mais extravagantes, fôsse evangelizada e convertida pelo príncipe dos apóstolos, o imediato representante do divino Mestre.

Como se percebe, o exame da epístola aos romanos o que deixa entrever é exatamente o contrário da tese protestante.

S. Pedro, Papa Imortal

Prosseguindo em suas conhecidas negações, Pastor Protestante sustenta que o papa não pode ser o sucessor de S. Pedro, alegando que, ainda na hipótese de Simão-Pedro haver sido constituído chefe dos apóstolos, essa chefia jamais poderia ser herdada pelos papas. E por que? Porque, diz êle, privilégios pessoais não passam a outras mãos por meio de herança...

Quem quer que leia tal argumentação, se estiver desprevenido, pode até supor que haja alguma originalidade na mesma; mas a verdade é que tudo isso não passa de servil reprodução do que já foi dito, há centenas de anos, por Lutero e seus sequazes imediatos, valendo, na realidade, por verdadeiro sofisma, várias vêzes reduzido a pó pela boa exegese católica.

Perguntamos agora por que o primado de S. Pedro não podia ser transmitido aos papas, na qualidade de seus sucessores. Querem saber como nos respondem? Porque, diz Pastor Protestante, "os apóstolos eram funcionários extraordinários que não tiveram nem podiam ter sucessores. (pág. 255)) Sendo êles testemunhas oculares da ressurreição de Cristo, dotados do dom da infalibilidade pessoal e do dom dos milagres, como poderiam ter sucessores?"...

Que pena não haver ocorrido, ao ousado contraditor da Igreja, uma distinçãozinha bastante evidente e capaz de deitar por terra todo êsse aparato de argumentação! E' que, na missão confiada aos apóstolos, existia uma função **ordinária** e outra **extraordinária**. E' claro que a função **extraordinária** desapareceu com a morte dos Doze; porém era natural que a função ordinária se conservasse através das gerações, passando aos seus sucessores, a fim de que se mantivesse a devida ordem na Igreja, mandando quem pode e obedecendo quem deve.

Quando Jesus despachou seus apóstolos para a conquista do mundo, sem dúvida lhes deu poderes extraordinários, de acôrdo com as necessidades excepcionais de sua missão. "Primeiros promulgadores da lei evangélica numa sociedade pagã, teve de vigorar-lhes a potência da palavra com a fôrça das obras prodigiosas. Destinados a transmitir, aos seus sucessores, o patrimônio íntegro das verdades reveladas, convinha assegurar-lhes a autoridade com o dom da infalibilidade pessoal.

"Mas, ao lado dessas funções extraordinárias, requeridas pela fundação e estabelecimento da Igreja, deviam os apóstolos desempenhar uma função ordinária nessa sociedade indefectível. Não só nos primeiros tempos de sua existência, mas pelos séculos afora, precisavam os fiéis de mestres que os doutrinassem e de superiores que os governassem. Sem essas funções, não há nem pode haver sociedade religiosa".

Abramos o Evangelho e ouçamos as palavras divinas com que essa investidura é conferida aos apóstolos: "Ide, diz-lhes Jesus; pregaí a todos os povos... ensinando-os a observar tudo o que vos mandei; e **eu estarei convosco todos os dias, até a consumação dos séculos**" (Mat, XXVIII, 19-20).

E' êste, aliás, o ensinamento constante da Igreja. Relendo os dizeres acima, depressa se nos torna patente que os apóstolos e discípulos de Cristo, por semelhantes expressões, receberam ordem de ensinar e pregar o Evangelho a tôdas as nações; que o mesmo Cristo se comprometeu a acompanhá-los, com sua assistência ininterrupta, até o fim do mundo.

A conclusão de tudo isto é que os apóstolos devem durar enquanto durar a humanidade, não como pessoas físicas, tôdas sujeitas à lei da morte, porém como um corpo moral, perpetuando-se em seus legítimos sucessores.

Para pôr em dúvida estas verdades, só muita falta de lógica ou grande desprêzo pela verdade conhecida como tal.

Depois da precedente argumentação, veja Pastor Protestante a sua sem-razão de sustentar que o primado de jurisdição não é um ofício ordinário na sociedade cristã, pois teria sido simples... privilégio pessoal conferido sòmente a S. Pedro.

No caso de alguma dúvida, é nossa obrigação consultar o Evangelho, a razão e a mesma História.

Quanto ao Evangelho, o que êsse nos diz é que Simão-Pedro foi o fundamento sôbre o qual Jesus edificou a sua Igreja, sociedade visível que, por sua própria natureza, devia durar até o fim dos tempos e contra a qual nenhuma fôrça deviam ter as portas do inferno.

A citada passagem da Bíblia assume aqui uma importância impressionante. E' que, de um lado, Jesus afirma que sua Igreja há de durar enquanto durar o mundo; e, de outro lado, afirma ser Pedro a pedra fundamental dessa mesma Igreja. Ora, a perpetuidade de um edifício depende, necessariamente, da solidez de seus alicerces.

Desde, portanto, que se retirasse êsse fundamento, que é a autoridade suprema no governo do povo cristão, a Igreja se afastaria do plano de seu divino Fundador; e assim ficaria destruída a organização sem a qual não pode subsistir sem milagre.

Se um dia, por absurdo, viesse a faltar a autoridade de Simão-Pedro na pessoa de seus sucessores, nesse momento as portas do inferno teriam prevalecido. Por que? Porque todo e qualquer edifício que fôr privado de seus alicerces estará fadado à desagregação e à ruína.

Para a nossa fortuna, entretanto, êsse dia nunca há de raiar. Faz vinte séculos que tôdas as potências da terra arremetem contra essa rocha firmada pela mão de Deus; e ainda hoje a dinastia dos papas, sucessores

de Pedro, perdura, como um verdadeiro milagre, vivo e palpitante, da História Universal. E' que lá se acha o dedo divino.

De acôrdo com o Evangelho, Pedro ficou sendo o pastor máximo do rebanho de Cristo, sem restrição de tempo ou de lugar! Logo, se o rebanho ainda existe, também deve existir, à sua dianteira, êsse pastor, sob pena de as ovelhas perderem a orientação, sem possuírem quem as medique, defenda e apascente.

Mas, em tudo isso, que é que nos diz a razão? Confirma, em todos os pontos, a palavra da Sagrada Escritura.

Na ordem física do mundo, tudo é harmonia, consonância, ordem e regularidade, desde o mundo sideral até as plantas e animais.

Na vida social, quem viu jamais uma cidade sem prefeito, um exército sem general, uma nação sem govêrno? Onde falta a autoridade, logo se introduz a anarquia, a desordem, o desassossêgo geral.

Sendo assim, só loucos podem admitir que a divina Providência tomasse menor cuidado com a sorte da sua Igreja do que com a Sinagoga, para cuja conservação havia instituído o Sumo Sacerdote, autoridade a que todos os israelitas obedeciam na lei mosaica.

Se uma sociedade de poucos membros não pode ir para diante sem uma autoridade visível e permanente que a dirija, como seria

possível que a divina Sabedoria abandonasse a sua Igreja e espôsa mística ao capricho das paixões, sem um chefe supremo que mantivesse a ordem, resolvesse as dúvidas e conservasse o bom espírito?

Ora, o governo deve ser permanente à testa da sociedade, tanto quanto a necessidade social que o exige. De tudo isto, a conclusão é que não passa de puro absurdo a hipótese protestante de que a autoridade conferida a Simão-Pedro fôsse um simples privilégio pessoal, incapaz de ser transmitido a seus sucessores.

Por que? Porque a autoridade é uma função pública, só possuindo razão de ser em vista do bem social.

O Legítimo Sucessor de S. Pedro na voz da História

Falaremos agora sôbre o legítimo sucessor de São Pedro na voz da história.

Conforme deixamos sobejamente provado, não só Jesus Cristo instituiu uma sociedade religiosa, mas também lhe deu, na pessoa de Simão-Pedro, uma autoridade suprema, visível e constante, encarregada de conservar o divino depósito da Revelação.

Ora, tôda autoridade é, por sua própria natureza, o membro mais destacado das agremiações sociais. Se ignorássemos onde é que está o poder, como poderíamos prestar-lhe obediência? Como poderíamos recorrer a suas decisões nas horas de dúvida? Como saber que seus decretos merecem o nosso acatamento?

Logo, torna-se evidente que na verdadeira Igreja, deve haver sempre uma autoridade suprema, visível e ao alcance de tôdas as inteligências, de todos os corações sinceros.

Lançai um olhar sôbre o universo habitado pelos cristãos. Onde é que encontrais o grande centro de unidade religiosa, a grande força moral afirmando serenamente a supremacia de sua autoridade, apoiada na legítima herança confiada a S. Pedro? Todos os

olhares se voltam, espontaneamente, para Roma, a cidade eterna, cujo bispo é, ao mesmo tempo, o soberano pontífice da cristandade.

Verdade é que, fora do grêmio católico, existem mil seitas que se dizem cristãs, mas que na realidade se arrastam pelo mar da vida como navios sem mastro, sem unidade de fé, sem unidade de regime, sem unidade de culto. Antes, porém, de serem o que estão sendo, essas seitas eram filhas obedientes da Igreja Católica, eram galhos da grande árvore plantada pela mão do Salvador; mas o orgulho de alguns acabou por separá-los do tronco comum.

Depois, a ignorância de uns e os preconceitos de outros cavaram mais funda a distância, até a deplorável situação atual.

Um fato digno de profunda meditação: nenhuma dessas igrejas separadas, cismáticas ou heréticas, teve jamais a pretensão de estender o seu domínio a todos os cristãos do mundo. Todas se contentaram com a esfera territorial que lhes assinalaram os acordos diplomáticos ou as conveniências políticas. Moscou e Bisâncio, Sofia e Atenas tratam-se, mutuamente, como potências políticas independentes, nem sempre amigas, mas sempre no mesmo pé de igualdade.

O protestantismo, outra fração da cristandade que se apartou da comunhão católica, introduziu uma confusão babilônica no seio da Igreja. Henrique VIII disse: 'Não quero papa, porque o supremo poder espiritual sou eu;

a tiara e a coroa devem cingir a mesma fronte. Mas haja bispos". E houve bispos, como os há ainda hoje, porém sujeitos ao rei e sem qualquer autoridade fora da Inglaterra.

Que fez Lutero? Amputou, mais profundamente, o organismo da Igreja, dizendo: "Não necessito de bispos, e sim de sacerdotes".

Calvino, porém, foi mais longe ainda, proclamando: "Nem bispos nem padres: apenas ministros que tomem a si o trabalho da pregação". Logo em seguida, entre os protestantes, pulularam outras seitas mais desabusadas, que desceram até o fundo do abismo revolucionário, pois cada cristão quer ser o seu próprio doutor e profeta.

Eis o panorama geral das tais igrejas separadas: cada uma delas renuncia à posse do governo supremo das almas, não obstante aquêlê ideal traçado por J. Cristo: **que haja um só rebanho e um só pastor.**

Eis-nos chegados também às pontas de um terrível dilema: ou as portas do inferno tiveram fôrças contra a Igreja confiada a Simão-Pedro, ou essa Igreja divinamente instituída é, realmente, a Igreja Católica, Apostólica, Romana.

Mas... quêde a prova histórica de serem os papas os sucesores legítimos da missão confiada por Cristo ao apóstolo S. Pedro?

Pelos modos, Pastor Protestante enxerga, em tudo isto, pouco mais do que contos de carochinha! Aliás, eis como êle se exprime à

página 295 do seu já citado livro: “O papado está longe de ser uma instituição existente no cristianismo primitivo, pois é “o elo de uma evolução secular, a expressão suprema de uma concentração sucessiva do poder”. Diz mais o seguinte: “Instituição essencialmente humana, o papado é a suprema mistificação do cristianismo legada aos tempos modernos pela superstição caliginosa dos tempos medievais”.

Francamente: nunca lábios de homem proferiram maior injúria contra a verdade história! Meu Deus, o papado nascido na Idade Média! Mas, como é que Pastor Protestante, certamente sem haver lido a história da Igreja, as Atas dos Concílios, a farta documentação dos primeiros séculos cristãos, se atreve a escrever absurdos de tal quilate?... E, se leu tudo isso, como o afirma e ainda quer passar por homem de respeito?

Caro amigo separado: quem quer que leia, sem má fé, a história da Igreja, bem cedo sentirá um duplo fato, constante e universal, a chamar-lhe a atenção: de um lado, em todos os papas, a consciência, firme, serena, ininterrupta, de sua supremacia em relação a toda a cristandade; do outro lado, em toda a Igreja, a convicção de haver Cristo dado a S. Pedro a plenitude do poder em matéria religiosa.

Deseja algumas provas de grande valor? Vamos a elas.

Ainda em plena época apostólica, o espírito turbulento de alguns jovens provoca, em Corinto, distúrbios e desavenças. Sèria-

mente ameaçada se vê a paz dos fiéis. Quem é que a restabelece? O bispo de Roma, S. Clemente, terceiro sucessor de S. Pedro. E' ele quem escreve aos coríntios palavras afetuosas, sim, porém cheias de autoridade, próprias de um superior. Com essa carta, o papa envia-lhes igualmente legados de sua confiança, para porem termo à desavença, objetivo prontamente alcançado. E o melhor é que o povo de Corinto ficou lendo, dali por diante, durante os ofícios divinos, a referida epístola do sucessor do príncipe dos apóstolos.

Este fato histórico, em que Roma intervém na vida de uma cristandade muito distante, é tão significativo que diversos protestantes reconhecem nêle uma revelação impressionante.

Leia, meu amigo, um trechozinho dessa carta: "Os que não reconhecem o que Ele (Cristo) diz pelo nosso intermédio, saibam que hão de cair em falta e envolver-se em não pequeno perigo; nós ficaremos inocentes nesse pecado". (Epístola ad Corinthios, c. 59).

No século segundo, é o papa S. Víctor que ordena, para todo o orbe cristão, que se organizem sínodos, a fim de uniformizarem o rito para a celebração da Páscoa; chega até a ameaçar bispos da Ásia de separá-los da comunhão católica, se recusarem adotar o costume de Roma.

Por aí já se descobre, naqueles tempos primitivos, quanta consciência possuíam os papas do seu direito sôbre tôdas as Igrejas.

Logo depois, entre 254 e 257 da nossa era, o papa Santo Estêvão põe termo, com o peso de sua autoridade, à celebre contenda, então acesa na Ásia e na África, sobre a repetição do batismo administrado por hereges.

Alguns anos para trás, entre 219 e 224, S. Calixto se chamava bispo dos bispos; lavrava um decreto para regular, na África, a prática da confissão; legislava acerca da deposição de bispos; condenava a heresia dos patripassianos!

No século quarto, o papa Júlio recebe a apelação de Sto. Atanásio, patriarca de Alexandria; idem, idem, de Marcelo e Paulo. Etc.

Dêsse tempo em diante, são tantos os documentos que seriam necessários livros para dizermos tudo.

Conforme deixamos demonstrado, os papas, mesmo no começo da era cristã, sempre tiveram perfeita, segura e tranquila consciência de sua suprema jurisdição sobre todos os bispos e cristandades.

Folheando-se os mais respeitáveis arquivos, jamais se descobre, nos documentos assinados pelos papas, o mais pequeno sinal de hesitação, qualquer sombra de pretendem invadir direitos de outrem. Todos apelam para a antiga tradição dos Padres, para a promessa de Cristo a S. Pedro, para a perpétua instituição do primado da Santa Sé.

E as diversas cristandades, que é que elas fazem diante de tal procedimento? Insurgem-se porventura contra essa autoridade, querendo ver nela uma usurpação? Repelem essa fôrça moral, que fala de tão longe e se considera acima de todos os bispos e patriarcas, acima de tôdas as igrejas particulares? Pelo contrário: não se lê sequer um único brado de protesto. E' que, na mente de tôda a cristandade de então, já vivia o espírito de fé, de submissão e confiança no bispo de Roma, como chefe incontestado.

Quer Pastor Protestante ouvir a opinião de grandes Padres e luminares da Igreja, em tôrno de tão delicado assunto? Ouça lá.

Primeiramente, aí se acha Sto. Inácio, bispo de Antioquia, contemporâneo dos apóstolos, o qual, saudando aos romanos, parece não encontrar palavras bastante expressivas para exaltar a grandeza da Igreja de Roma que, diz êle, "preside à comunhão geral dos fiéis" e a cujo zêlo entrega a sorte da igreja da Síria. E continua dizendo: "Vós ensinastes as outras igrejas, e eu quero que fiquem firmes as cousas que vós ordenastes em vossos ensinamentos". (Ep. ad Romanos, III, 1).

Aí está também Sto. Irineu, filho da Ásia, bispo das Gálias e discípulo de venerandos anciãos da idade apostólica, que assim escreve: "Com essa Igreja (de Roma), em vista de sua primazia de poder, tôdas as outras igrejas, isto é, os fiéis de todo o universo, têm a obrigação de se conformar; de fato, é

nela que todos, em tôda parte e sempre conservaram a tradição que vem dos apóstolos.” (Adversus haereses, III, 3).

Aí está S. Cipriano, bispo de Cartago que, participando, ao papa Cornélio, a viagem de Felicíssimo e outros para Roma, adianta o seguinte: — “Atrevem-se êles a dirigir-se à cátedra de Pedro, a essa Igreja principal donde tem origem o sacerdócio, esquecidos de que os romanos não podem errar na Fé.” (Epístola 55, n. I). Para êste grande bispo, “estar em comunhão com o papa é estar em comunhão com a Igreja Católica”; para êle “Roma é a matriz e o tronco da Igreja Católica.” (Ep. 43, c. III, n. 7).

Aí está Santo Agostinho, luzeiro de virtude e saber, que, em centenas de passagens de seus escritos, atesta, de modo insofismável, a supremacia do Romano Pontífice.

Aí está o grande S. Jerônimo dizendo entre outras cousas: — “Estar em comunhão com o Romano Pontífice é estar em união com a cátedra de Pedro, é seguir a Cristo, que sôbre esta pedra edificou a sua Igreja. Quem sair desta arca morrerá no naufrágio”. (Ep. 15, n. II).

Aí se encontra, enfim, um côro universal de vozes da Igreja do Oriente e do Ocidente, cantando as glórias e prerrogativas de Pedro, sempre vivo em seus sucessores.

Reatemos o fio de nossa demonstração.

Mais eloquente que as palavras são os fatos. Havemos agora de provar, com fatos históricos e incontestáveis, que o Papa foi reconhecido, desde os primeiros séculos do cristianismo, como o Chefe supremo da Igreja universal.

E' através dêstes fatos que encontramos fiéis e bispos desta mesma Igreja girando em tórno de Roma, como planetas em redor do sol.

Imaginemos, por um só instante, que o Papa não fôsse o legítimo sucessor de S. Pedro, e logo a História Eclesiástica ficaria sendo um enigma de impossível decifração. Por que? Simplesmente porque é sempre o bispo de Roma, isto é, o Papa, quem convoca, preside e confirma todos os Concílios Gerais, desde o primeiro em Nicéia, no ano de 325, até o do Vaticano, em 1870.

Seu poder sôbre essas soleníssimas assembleias ecumênicas é universalmente reconhecido. Entre muitas outras, eis uma prova de semelhante autoridade: o Papa S. Leão condena, no ano 451, o cânon 28 do Concílio de Calcedônia e o tal cânon é retirado! (Mansi, VI, 582 B).

E' sempre assim. Cada vez que se faz preciso confirmar, remover, dimitir ou reintegrar bispos na Ásia, na África ou na Europa, só o Papa ousa tomar esta iniciativa, e tôda a Igreja se submete respeitosamente !

Houve uma ocasião em que S. Cipriano, bispo primaz da África, achou que o bem geral aconselhava a substituição de Marciano, bispo de Arles. Que fez então? Dirigiu-se ao bispo de Roma, o Papa Santo Estêvão. Como também, quem depôs Flaviano, patriarca de Alexandria, foi o Papa S. Dâmaso. É ainda Santo Agapito quem demite Antimo, patriarca de Constantinopla; e Santo Agapito era o Papa de então. E convém levar em conta que a imperatriz a isto se opunha tenazmente!

Quer mais? Nicolau I cita ainda os nomes de nove patriarcas de Constantinopla que foram depostos por determinação de Pontífices Romanos.

A lição perene da História é esta: para a suprema autoridade do Papa é que apelam os bispos, arcebispos, patriarcas, e os próprios hereges, quando perseguidos ou esbulhados de seus direitos, em seu país natal!

Quer isto, meu amigo, significar que Roma é e sempre foi na antiguidade o tribunal de derradeira instância. Suas sentenças podem reformar tôdas as outras e por nenhuma outra podem ser reformadas.

No ano 142 da era cristã, para Roma apelou Marcião, ao sentir-se declarado fora da Igreja pelo seu bispo. Por igual forma procedeu Privato, outro bispo condenado pelo Concílio de Cartago. Em 252, Fortunato e Félix, rebelados contra a autoridade de S. Cipriano, apelaram foi para Roma. Igualmente para o bispo de Roma apelou Sto. Atanásio,

como também S. João Crisóstomo. S. Gregório de Nazianzo, Flaviano, todos três patriarcas de Constantinopla.

Para que maiores provas de que a supremacia dos papas era universalmente reconhecida? Aliás, foi Calvino quem disse que **o supremo poder se encontra nas mãos daquele, para o qual a gente apela.**

No final de tantas e tão robustas provas históricas, encerramos êste capítulo com aquela sentenciosa afirmação feita por De Maistre: — “Na História Universal, nada se acha mais invencivelmente comprovado do que a supremacia monárquica do Soberano Pontífice”. (Du Papel, L. I, c. 6).

Em face de tais documentos, perguntamos: havia, na Igreja dos primeiros séculos, uma convicção clara, serena e luminosa em torno da suprema autoridade espiritual do sucessor de S. Pedro?...

O Magistério Infalível

Mostraremos agora que a Igreja, sendo o prolongamento de J. Cristo na História, precisava possuir o dom da infalibilidade no ensino da doutrina e da moral.

E' porque ela é, com efeito, o Salvador perpetuado entre os homens, falando e evangelizando, corrigindo, soerguendo e perdoando.

Quando Êle appareceu na Palestina, fazia milhares de anos que a humanidade suspirava por sua presença. Durante êsse longo período de tempo, tinha Deus falado aos homens pela bôca dos profetas e patriarcas. Mas os seus ensinamentos, confiados à guarda de um pequenino povo em um recanto bem obscuro da terra, não haviam feito chegar à luz divina todo o gênero humano, que continuava envolto nas trevas da ignorância, da idolatria e dos vícios mais deprimentes.

Afinal, enviou-nos Deus o seu Filho na pessoa de Cristo, que se revelou um centro de amor e de vida, projetando-se, como um sol divino, sôbre todos os povos e tôdas as gerações.

De seus lábios saem palavras que língua humana jamais ousou proferir: — “Eu sou o caminho, a verdade e a vida. Eu sou a luz

do mundo. Passarão o céu e a terra, mas um jota de minhas palavras não há de passar". (João, XIV, 6, VIII, 12).

E' que, na pessoa de Cristo, falava a própria divindade, revestida do manto de nossa carne mortal. E de sua bôca receberam os homens os tesouros da verdade, os germes da vida sobrenatural que nos deviam erguer acima de nossa animalidade.

Era esta, efetivamente, a missão do Salvador. Terminada, porém, a sua peregrinação terrestre, como é que havia de conservar-se na terra a sua obra redentora? Como haveriam de estender-se pelos continentes e ilhas os raios vivificadores da Verdade, destinados a iluminar tôdas as inteligências? Por que canais deviam passar para os corações as gotas de vida divina que lhe transbordavam do peito? Quem sustentaria na mão o divino farol para nunca ser apagado? Quem conservaria, na pureza primitiva, o manancial da verdadeira doutrina?

Tudo isto era necessário, desde que J. Cristo veio ao mundo para nos salvar a todos. Porque os ecos de sua voz não só devem ser ouvidos por todo o mundo, mas também durar até o fim dos tempos.

Durante sua vida mortal, Ele reuniu, em volta de si, um punhado de varões de boa vontade, educou-os na escola do sacrifício, consagrou-os sacerdotes, prometeu-lhes o Espírito Santo e, finalmente, entregou-lhes uma assombrosa tarefa: — "Todo poder me foi dado no

céu e na terra. Como meu Pai me enviou, assim eu vos envio. Ide e ensinai a todos os povos!" (Mat, XXVIII, 19-20 ; João, XX, 21).

Por tais expressões, via-se fundada a Igreja, uma sociedade humana, espiritual e visível, cuja missão era acolher, em seu seio, os filhos da Redenção, à maneira de uma segunda arca de Noé.

Tudo isto já é muito, porém ainda não é tudo para garantir, contra o êrro e a corrupção, a Igreja assim fundada. E' que a divina instituição, destinada a difundir e perpetuar os ensinamentos do Homem-Deus, exigia da Providência outros caracteres para o feliz desempenho da investidura a ela confiada.

Entre tais caracteres, o mais importante era o dom da infalibilidade doutrinária na ensino do Evangelho. Porque, se a Igreja ficasse sujeita ao êrro, poderia, no decorrer dos séculos, adulterar o patrimônio sagrado e assim desviar do sol divino as consciências sedentas de verdade.

Com efeito, de que nos serviria uma Igreja sujeita ao êrro em matéria de fé e costumes? De que serviria o fato de ser pura a fonte do ensino religioso, se o canal incumbido de nolo transmitir pudesse ser contaminado com a pestilência do êrro e da morte eterna?

Conclusão: um dogma imutável estava exigindo um tribunal infalível para salvaguardá-lo.

Dissemos que um dogma imutável exige um tribunal infalível para salvaguardá-lo.

Mas por que? Porque somente com a garantia da divina assistência um homem pode dizer a outro homem: tu hás de crer e pensar da maneira como eu penso e creio.

— Mas nós também, — exclamam os protestantes, — também nós possuímos meios de conhecer a verdadeira doutrina do Divino Mestre, mesmo fora da Igreja. Possuímos esta garantia na palavra divinamente escrita do Evangelho.

— E quem vos assegura, ó caros irmãos separados, que os Evangelhos ensinam toda a verdade, sem perigo de erro? Fora da autoridade da Igreja, como podeis estar certos de que os Evangelhos que ledes e que encontrastes no século XVI contêm a verdade integral e não mutilada? Acaso podereis negar que, antes de existirem os Evangelhos, já existia a Igreja? Bem sabeis que as primeiras cristandades receberam a Boa Nova por meio da pregação oral e não por meio de livros que ainda não haviam sido escritos. E' uma verdade indiscutível que a Igreja não foi fundada sobre os Evangelhos; os Evangelhos é que foram escritos para a Igreja e colocados debaixo de sua guarda e proteção.

Mas admitamos que, mesmo separados da Igreja, estejais certos de possuir nos Evangelhos a pura palavra de Deus. Será que isto vos basta? Não, porque ainda será preciso interpretá-la com inteira exatidão, apurando-lhe o genuíno e misterioso sentido. Porque, se derdes à palavra inspirada uma significação

diferente da que Jesus lhe deu, vossa crença já não estará apoiada na doutrina de Cristo, e sim na vossa interpretação pessoal.

E' sempre falível a interpretação dos homens. A prova disto é que, em 1577, Cristóforo Rasperger afirmava haver reunido, entre os protestantes, nada menos de duzentos modos de interpretar estas quatro palavras do Evangelho: — **Isto é o meu corpo**. E tratava-se de um dogma fundamental do cristianismo!...

Meus caros irmãos separados, é debalde que andais gritando a plenos pulmões: — **A Bíblia e só a Bíblia!**.

O que nos mostra a experiência nunca desmentida é que nenhuma **verdade se defende** por sua própria evidência. Se desejamos salvaguardá-la, temos que pôr-lhe ao lado uma sentinela vigilante e incorruptível que repila os seus profanadores, garantindo-a por todos os meios lícitos.

Nenhum legislador humano entrega suas leis ao capricho da interpretação do povo. Embora essas leis sejam muito mais simples e claras do que as leis divinas, nunca dispensam uma côrte de magistrados escolhidos que as expliquem e protejam contra os advogados sem consciência.

Só a lei evangélica então, com seu caráter misterioso e transcendental, dispensaria a colaboração de um tribunal que fôsse oráculo da verdade, centro de união e santuário da justiça?

Só loucos pensam assim. E tal é a divina missão da Igreja.

Desde o momento em que os protestantes negaram a infalibilidade da Igreja de Cristo, viram-se forçados a multiplicar as infalibilidades em favor de cada um de seus seguidores que lêem e interpretam a Bíblia.

Foi exatamente isto o que parece ter querido fazer Lutero quando disse: — “A todos os cristãos e a cada um em particular compete conhecer e julgar a doutrina”.

Como, porém, será possível sustentar tal programa em face das funestas conseqüências que o mesmo acarreta? Querem a prova?

Em presença de um mesmo texto da Escritura Sagrada, Lutero dá uma opinião, Calvino dá outra, Melanchton outra, Zwínglio outra, Búcerio outra. Uma é a interpretação dada pelos anglicanos, outra é a dada pelos quacres, outras mais são dadas pelas trezentas seitas da Reforma. Ninguém se entende, pois cada nôvo grupo pensa de modo diferente e não entra mais em acôrdo.

Digam-me agora com a mão na consciência: serão certas e infalíveis tôdas essas opiniões? Foi então para produzir uma tal babel religiosa que o Salvador veio ao mundo e nos deixou a sua divina religião?

De tudo isto a conclusão que se impõe é a seguinte: torna-se absolutamente indispensável que, ao lado do tesouro da Revelação,

exista uma autoridade inerrável e divinamente instituída para preservar da corrupção este precioso cabedal doutrinário.

Escutemos o que disse, com inteira razão, Krogh Tonning, o maior teólogo norueguês, no seu livro O PROTESTANTISMO CONTEMPORÂNEO: — “Uma Igreja que está sujeita ao erro na sua essência pode transviar e perder as almas. Negar a infalibilidade é negar a própria Igreja”. (Paris, Bloud, 1901, pág. 24)

Admitir que uma religião divina exige uma autoridade infalível nos leva a outra consequência logicamente irrecusável: é que J. Cristo fundou sua Igreja com o dom da infalibilidade. O Deus que, na pura ordem temporal, prodigalizou todos os dons necessários à nossa conservação física, dando-nos o ar para os pulmões, os frutos da terra para o estômago, os raios do sol para nos aquecer, não podia ser menos generoso em conceder-nos o alimento necessário à nossa vida sobrenatural.

Eis como falou seu Filho aos apóstolos e discípulos: — “Ide, doutrinais a todos os povos, batizando-os em nome do Pai, e Filho, e do Espírito Santo, ensinando-os a observar tudo o que eu vos mandei; eu estarei convosco todos os dias até a consumação dos séculos”. (Mat. XXVIII, 19-20).

Poderá haver promessa mais formal, mais inequívoca? Despachando seus evangelizadores pelo mundo, afora, Cristo os envia a ensinar **tudo** e a **todos** os povos, mas garante ficar com

êles até o fim dos tempos. E quem se atreverá a dizer que uma tal falange de doutrinadores instituída e assistida pela própria Verdade, possa ensinar o êrro?

Eis como J. Cristo lhes fala: “Da mesma forma que meu Pai me enviou, eu vos envio”. (Jooão, XX, 21).

A Igreja é, portanto, a continuação de Cristo na História Universal, o prolongamento de sua divina missão e do magistério que lhe confiou o seu eterno Pai. E J. Cristo ainda lhes diz: — “Eu roguei ao Pai e êle vos enviará o Espírito Consolador que ficará convosco eternamente. E’ êle o Espírito da verdade que vos ensinará tôda a Verdade”. (João, XIV, 16-17; XV, 13; Marcos, XXI, 15-16).

E poderia o Salvador deixar de conceder esta inerrabilidade à sua Igreja, quando impôs ao mundo a fé nas verdades ensinadas pelos seus discípulos, sob pena de eterna condenação? Acha-se isto no Evangelho de S. Marcos, capítulo XVI: — “Ide por todo o mundo e pregai a Boa Nova a tôda criatura. Quem crer e fôr batizado será salvo; quem não crer será condenado”.

Quer isto dizer que pela fé devemos estar dispostos a derramar nosso sangue até a derradeira gota. Ora, como seríamos capazes de tão generoso devotamento, se pudéssemos encontrar motivo de pôr em dúvida a inerrabilidade da Igreja? A razão disto é que, se Cristo nos impôs a obrigação de crer em seus apôs-

tolos sob a pena de perdermos o céu, só procedeu assim depois de os haver imunizado contra o êrro doutrinário.

Basta abrir os Atos dos Apóstolos (capítulo XV, v. 28) para verificarmos que, desde o seu berço, a Igreja teve plena consciência deste seu privilégio. Eis como falam os apóstolos pela boca de Simão-Pedro, ao promulgarem as primeiras leis eclesiásticas: — “Pareceu ao Espírito Santo e a nós...” (Atos, XV, 28)

Para S. Paulo a Igreja é a “coluna e o firmamento da verdade”. (I Tim., III, 15) E acrescenta: — “Se um anjo vos pregar um Evangelho diferente do que vos ensinamos, seja êle anátema”. (Gal, I, 18).

Morreram, como era de esperar, os apóstolos; mas a consciência de sua divina missão continuou com a Igreja, cada dia mais certa de sua infalibilidade. Logo no terceiro século cristão, eis como falava Orígenes: — “Nós possuímos dois luzeiros: — Cristo e a sua Igreja”. E noutra passagem: — “Por isto não devemos prestar atenção aos que nos dizem: **aqui está o Cristo**, e não nos mostram sua Igreja”.

Para S. Cipriano “a Igreja é a espôsa de Cristo que não pode manchar-se com o adultério”.

Mas, para que multiplicar provas e documentos? Onde e quando foi que a Igreja, ao menos uma vez, pareceu duvidar do seu privilégio da infalibilidade? E já não é uma prova dessa sua excepcional prerrogativa o

fato de ela vir assim falando e agindo, segura e tranquila de si mesma, pelo espaço de vinte séculos?

Reparem nesta impressionante particularidade: nenhuma seita, por mais arrogante e audaciosa, teve jamais a coragem de proclamar-se inerrável.

Lutero e Calvino se rebelam contra a Igreja, perseguem seus opositores, mas não se atrevem a dizer-se infalíveis. Aristóteles, Platão e Cícero não tomam sequer conhecimento desta palavra divina. E' que a infalibilidade é um fardo assaz pesado para ombros humanos.

As incoerências dos gênios, as contínuas mudanças de opinião entre os filósofos, as variações dos credos de tôdas as seitas, tudo isto está a certificar-nos da fragilidade sem remédio do espírito humano.

O insensato que, um dia, se levantasse para impingir-se infalível havia de ser acolhido com riso geral. Entretanto, faz vinte séculos que a Igreja afirma a própria infalibilidade e ninguém ri.

Só a Igreja não variou nunca, nunca se corrigiu, nunca se contradisse. Não riscou ainda uma só linha do Símbolo dos Apóstolos, não negou um só artigo de fé, não reformou sequer um dogma dos primeiros séculos cristãos.

Como explicar esta continuidade de doutrina sem o dom divino da infalibilidade?

Evolução do Dogma?

Pastor Protestante falou, ultimamente, sobre um assunto que demanda minuciosos e sérios esclarecimentos: **EVOLUÇÃO DO DOGMA.**

Assim se externando, quis dizer que a Igreja Católica também varia, no sentido de mudar de opinião, mesmo em matéria dogmática.

Longe disto, entretanto, anda a verdade. Ninguém ignora que o século XIX, extasiado ante a palavra “evolução”, tentou aplicá-la igualmente ao dogma. Dessa sua atitude nasceram deploráveis equívocos que convém desfazer.

Terá havido, realmente, evolução do dogma? Houve e não houve. Vou me explicar.

Quando faleceu o derradeiro apóstolo, terminou para sempre o período das revelações públicas. Estava, desde então, encerrada a época da **inspiração** propriamente dita, porém ia começar nova assistência do Espírito Santo à Igreja. Uma vez que nada mais faltava ao acabamento da divina revelação, Deus pôs êsse tesouro entre as mãos da sua Igreja, para que ela o guarde inviolável até o fim do mundo. Sob sua tutela, nenhuma verdade desaparecerá, mas também nenhuma verdade será acrescentada às já existentes.

De tudo isto se conclui que, objetivamente falando, é impossível haver evolução nos dogmas do cristianismo, o que não nos impede de melhor conhecê-los e melhor explicá-los aos fiéis.

Se homens de grande talento lançam, em seus escritos, germes de verdade que só as futuras gerações de intelectuais são capazes de descobrir e aproveitar praticamente, por que se há de negar à palavra divina, semelhante poder e fecundidade?

Sim. De acôrdo com as necessidades de cada século, a Igreja, pela voz de seus doutores e místicos, medita e repensa, mais devagar, certas verdades que lhe foram confiadas; e de seu divino cofre retira novas luzes, novas soluções para alumiar o caminho do atordoado gênero humano.

Quase sempre são as novas heresias que lhe oferecem oportunidade para meditar e definir um novo dogma.

Cada vez que um homem temerário se ergue negando uma verdade geralmente admitida por todos, desaba sôbre os espíritos uma avalanche de inquietação. E' então que a Igreja se põe a consultar as fontes da revelação, acabando por definir, em têrmos bem claros, a verdade combatida.

Seguir-se-á então daí que a definição feita pela Igreja criou um novo dogma? Nem por sonho. O que a Igreja fêz foi definir e defender o dogma já existente, contra o perigo de uma interpretação errada.

Demos um exemplo. E' fora de dúvida que os primeiros cristãos acreditavam piamente na divindade de J. Cristo, Deus e Homem verdadeiro, isto é, filho de Deus e filho de Maria, ao mesmo tempo. Com o perpassar das eras, surgiram hereges recusando-se a crer nesta verdade. Tomaram os nomes de arianos, nestorianos, eutiquianos, monotelitas.

À vista da confusão provocada por tais negações, a Igreja teve que intervir. Reuniu os seus centenares de bispos e doutores, meditou serenamente as Escrituras; e dessa meditação acurada jorrou imensa luz, sendo então definidos os dogmas seguintes: Jesus é Deus igual ao Pai, sem deixar de ser homem, com absoluta exatidão; nêle há duas naturezas bem distintas, como há duas vontades, etc.

Os dogmas só podem sofrer evolução no sentido de serem mais bem aprofundados e definiçôes. Nunca, porém, no sentido de nascerem, morrerem, ressuscitarem. A primeira situação é sinal de vida e progresso. A segunda revelaria contradição, atitude indigna da Igreja.

Corolário Fatal

Depois de havermos demonstrado a infalibilidade doutrinária da Igreja, resta-nos tirar daí um corolário horrivelmente fatal a todas as heresias, mas especialmente ao protestantismo.

E' que todo e qualquer grupo de pessoas batizadas que se aparta da Igreja e rompe suas relações com os ensinamentos tradicionais da antiguidade cristã, já se acha condenado pela sua própria atitude de rebelião.

A Igreja é uma só, como a verdade. Nela mora o Espírito Santo com sua contínua assistência, todos os dias, até a consumação dos séculos. Impossível mostrar uma época na História em que a Igreja se tenha desviado do caminho real da boa doutrina evangélica. Se tal coisa acontecesse, cairiam por terra as divinas promessas. Quer isto dizer que, em tal caso, Jesus Cristo deixaria de ser Deus.

Após quinze séculos de cristianismo, no coração da Alemanha se ergue um monge conclamando o mundo para uma reforma religiosa. Seria acaso uma simples reforma de costumes? Não. Era uma reforma doutrinária. A crer nêle, o que então se chamava doutrina cristã aceita pela Igreja universal era uma adulteração do pensamento de seu divino Fundador, pura superstição e idolatria patrocinadas pelo Anti-Cristo de Roma, o Papa.

Conforme Lutero, a Igreja tinha abandonado a genuína fé e se tornara indispensável reconduzí-la às fontes do verdadeiro Evan-

gelho. O significado de tôdas essas afirmações é que Cristo havia errado o alvo. E' certo que êle fundara uma sociedade visível a que prometera grandes e imortais destinos. Mas... apenas ela saíra de suas mãos divinas, apenas o mundo pagão começara a receber dela o leite da verdade, essa Igreja desmaia, corrompe-se, paganiza-se!

A crer em Lutero, já fazia onze séculos que a ignorância e a superstição estragavam a obra do Salvador. Foi então que êle, apesar de apóstata, sensual e orgulhoso, apareceu no horizonte religioso da humanidade para trazê-la de novo ao trilha do Evangelho. E assim, mais poderoso do que Cristo, teria fundado uma nova Igreja destinada a uma existência imortal, acolhendo e salvando as novas gerações, sequiosas de verdade.

E' esta, sem tirar nem pôr, a significação real do protestantismo, mas é também a sua condenação. Por que? Porque, se J. Cristo é realmente Deus, se, como tal, fundou mesmo uma Igreja, esta tem de ser indefectível e imortal como as obras divinas.

Se, entretanto, a Igreja caiu no êrro, em tal caso as portas do inferno tiveram fôrças contra ela e assim o Salvador não conseguiu manter a sua palavra. Logo Cristo nos enganou, logo êle não é Deus e o cristianismo fica sendo uma grande impostura.

E' tão forte esta consequência que por êste motivo vários protestantes abjuraram sua seita e se fizeram partidários do judaísmo.

Onde estava a Igreja antes de Lutero ?

Como deixamos ,perfeitamente demonstrado, nada pode haver mais oposto à doutrina do Evangelho do que a idéia de uma Igreja capaz de perder de vista o programa do seu divino Fundador, ensinando o êrro e a corrupção.

A razão disto é a promessa formalmente feita por êle de que o Espírito Santo nela habitará por todo o sempre. E, depois de nos haver garantido essa divina e perpétua assistência, deu-nos ordem para obedecermos a essa mesma Igreja em todos os tempos e lugares.

Onde se acha isto? No Evangelho de S. Mateus, capítulo XVIII, versículo 17: — “Quem não ouve a Igreja seja condenado como pagão e pecador”.

Ora, fóra de qualquer dúvida, antes de Lutero já existia uma Igreja, a Igreja católica, que, por uma série nunca interrompida de pastôres, ia até os apóstolos, e por meio dêles, até o próprio Salvador. Era esta, certamente, a Igreja fundada pelo Filho de Deus e, portanto, a mesma Igreja de que se ocupam as grandiosas promessas que lemos no Evangelho.

Fóra da Igreja católica a História Universal não conhece outra.

Quando, por conseguinte, as igrejas luterana, calvinista, anglicana, etc. nasceram no século XVI da era cristã, a Igreja católica já contava mil quinhentos anos de ostensiva e benemérita atividade.

Sim, porque desde J. Cristo só existia uma Igreja, a grande Igreja, como a chamavam os pagãos, ou simplesmente a Igreja, como costumamos chamá-la, sem qualquer adjetivo derivado de nomes de homens.

Diante dêste fato incontestável, sustentar, como faz Pastor Protestante, que a Igreja começou a corromper-se no quarto século e totalmente estragou a doutrina evangélica durante a Idade Média, é o mesmo que anular as solenes promessas feitas por J. Cristo e vibrar um golpe mortal contra a infalibilidade de sua divina palavra.

Mas, na hipótese de haver-se corrompido a verdadeira Igreja, qual foi a que a esteve substituindo desde o quarto século até o aparecimento de Lutero? Onde é que se esconde essa nova Igreja que Lutero, Calvino, Henrique VIII não descobriam, uma vez que todos professavam o cristianismo dominante e obedeciam ao Papa?

Como foi então que cessou de existir essa sociedade estabelecida pelo Filho de Deus e à qual êle prometera assistir até o fim do mundo, ela que devia acolher, nos seus braços maternos, tôdas as almas sequiosas de verdade e de luz?

Considere bem, caro irmão separado, que quinze séculos não são poucos anos. Só esse argumento, para um homem sério e lógico, dá para cair em si e exclamar: — Se a Igreja católica foi a verdadeira Igreja fundada por Cristo, ela não podia corromper-se nem desaparecer do mapa do mundo durante um século ao menos. Logo, com ela deve estar o verdadeiro cristianismo.

Onde estava a verdadeira Igreja de Cristo antes do grito de revolta vibrado por Martin Lutero?

Eis como Pastor Protestante se atreve a responder a tão desnorteante consulta: “Capicosa pergunta. Estava onde outrora estava o povo de Deus; estava cativa em Babilônia. Gemia nos ergástulos da Cúria”. A Reforma não a trouxe “dos sepulcros da História, mas dos cárceres de Roma”. (Pág. 131).

Quem por tal esperava? Pastor Protestante, inimigo odiento de toda linguagem figurada, numa questão de importância transcendental, esquece sua velha ojeriza às metáforas e sai-se com uma resposta assim enigmática, para disfarçar a pobreza de uma argumentação insustentável!...

Pergunta-se pela existência da Igreja, de uma sociedade visível, organizada, possuindo um tesouro de doutrina perfeitamente definida, e ele nos responde com este irritante laconismo: — A Igreja estava em Babilônia, cativa nos ergástulos da Cúria!.

Como é então, meu caro irmão? Nosso Senhor tinha fundado um reino que, pelo brilho de suas características sobrenaturais, devia atrair de longe tôdas as almas famintas de luz e amor, e o que sucede, afinal, é essa instituição divina desaparecer durante vários séculos, metida em calabouços de Roma?

Engraçado! E como o sr. sabe disto, se a História Universal o ignora completamente? Mas, que calabouços serão êsses que puderam esconder os verdadeiros cristãos durante mais de mil anos, sem que a História tenha tomado conhecimento de sua existência?

Em outro lugar, à pág. 17, tentou Pastor Protestante organizar uma espécie de catálogo do que êle denomina "pias testemunhas da verdade", querendo apontar nelas os precursores da heresia luterana.

Ei-lo então a folhear, afanosamente, as fastiosas crônicas das heresias, para no fim de tanto esforço, reunir, de longe em longe, alguns farrapos de erros condenados pela Igreja, para com êles fingir explicar a aparição do protestantismo. E que foi que êle descobriu?

No século quarto, Vigilâncio, um pobre padre espanhol que se opôs ao culto das imagens e dos santos e por isto foi reprovado como inovador. No século nono, Cláudio, bispo de Turim, em manifesto furor iconoclasta, quebrou algumas imagens e protestou contra o seu culto.

E só. Até o final do décimo século de cristianismo, por mais que mergulhou nas bibliotecas atrás de outros precursores de sua seita, não conseguiu encontrar mais ninguém.

Nem um só dos dois, entretanto, pode ser invocado como partidário das idéias de Lutero. Sabe por que? Porque Vigilância admitia todos os dogmas da Igreja, tendo objeções somente contra o culto das imagens.

E Cláudio? Cláudio era partidário do arianismo, seita que negava sistematicamente a divindade de J. Cristo. Ora, debaixo deste aspecto, Cláudio poderia ser tudo, menos precursor do protestantismo.

E então, caro pastor? Quando foi que Vigilância e Cláudio combateram o primado de Simão-Pedro ou declararam a Bíblia única regra de fé?

De toda a argumentação que deixamos claramente expressa, ficou uma certeza para os espíritos retos: o protestantismo apareceu na terra como verdadeira inovação no campo religioso da humanidade, e não simples renovação ou reforma, conforme insinua Pastor Protestante.

Até o seu aparecimento, não tinha havido uma sociedade de feição religiosa que adotasse e, muito menos, ensinasse todas as negações e todas as afirmações, essenciais da malfadada religião de Lutero. Ninguém será capaz de arrancar-lhe da fronte o estigma de novidade.

Por conseguinte, quando Pastor Protestante ousa escrever que a Reforma é apenas “a designação de uma nova fase da Igreja”, e que, por isto mesmo, “não houve solução de continuidade na vida secular da Espôsa de Cristo” (pág. 131), está falsificando escandalosamente a História e abusando da boa fé de seus leitores.

Que foi que disse? Não houve solução de continuidade na vida da Igreja? Pois faça o favor de nos mostrar uma comunidade, uma associação de fiéis, mesmo pequenina que, dos tempos apostólicos até o século dezesseis, tenha professado o extravagante credo do protestantismo.

Vou mais além. Veja se nos mostra, com a História na mão, onde foi que ao menos um, um só dos artigos fundamentais de sua seita terá sido constantemente aceito através dos séculos cristãos. Por exemplo: a guerra ao papado, o livre exame das Escrituras, a justificação pela fé, a negação do Sacrifício da Missa ou da presença real de Jesus na hóstia consagrada. Etc.

Vou ainda mais adiante. Fica reptado Pastor Protestante a declinar o nome de um só mortal que, antes da reforma luterana, houvesse ensinado tôdas as suas doutrinas.

Enquanto nos não chegar esta sua demonstração, continuaremos a perguntar-lhe como Tertuliano fazia aos hereges do seu tem-

po: — Quem sois vós? donde viestes? por que nascestes tão tarde? onde é que se achava a Igreja de Cristo antes de vós? E não me venha dizer que a pergunta é capciosa. Ela não é capciosa porém é irrespondível e, por isto mesmo, desagradável.

Veja lá o que escreveu o próprio Lutero a respeito do seu dogma da justificação, que êle considerava **a suma do cristianismo**: — “Nenhuma religião existe, em tôda a terra, que ensine esta doutrina da justificação; eu próprio, embora a ensine públicamente, é com grande dificuldade que nela creio de mim para mim”. (Weimar. XXV, 328).

Í N D I C E

	Pág.
Prefácio	5
Advertência prévia	7
A verdadeira Igreja	9
O papado, obra divina	14
Ainda o papado	20
A grande promessa	22
A chave do reino dos céus	32
O poder de atar e desatar	34
A investidura do primado	37
O primado do S. Pedro	39
A voz das catacumbas	44
Os doze tronos	46
Missão à Samaria	48
S. Paulo, campeão antipapal	50
Parece, mas não é	55
S. Pedro e os papas	61
A superioridade de S. Pedro na voz dos Evangelhos	64
O primado exercido na antiguidade	67
S. Pedro em Roma	70
S. Pedro, bispo de Roma	74
Objeções de Pastor Protestante	75
S. Pedro, papa imortal	79
O legítimo sucessor de S. Pedro na voz da história	85
O magistério infalível	96
Evolução do dogma	106
Corolário final	109
Onde estava a Igreja antes de Lutero?	111

Qual destes livros Você ainda não leu?

SANTO AGOSTINHO MESTRE DE NOS-
SO TEMPO — Gabriel Riesco, O. S. A

UM PASTOR LUTERANO FOI VER PIO
XII — Richard Baumann

AO PAI POR CRISTO NO ESPÍRITO SAN-
TO — Mansueto Kohnen, O. F. M.

A ÚLTIMA AO CADA FALSO — Gertrud
Von Le Fort

FIGURAS FEMININAS NA BÍBLIA — Mi-
guel Cardeal Faulhaber

MUCHACHA A JOVEM CRISTÃ — Emí-
lio E. Viana

ADOLESCÊNCIA E JUVENTUDE — Pe-
rilo Gomes

O COMUNISMO E A MAÇONARIA —
P. Antônio Feitosa

HISTÓRIAS DA BÍBLIA — Pe. Eymard
L'E. Monteiro

Então, qual destes você quer ler? Conheça-
os todos !

Pedidos à

Editôra Mensageiro da Fé Ltda.

Caixa Postal, 708 Salvador — Bahia